

Cadernos da

ACECA

95 PUKAMP

16

CADERNOS DA FACECA

Publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Diretor Responsável

Prof. Antonio Marcos Favarin

Editores Responsáveis

Prof. José Homero Adabo e Prof. Dr. Gideon Carvalho de Benedicto

Conselho Editorial

Prof. Dr. Cândido Ferreira da Silva Filho
Prof. Fernão Pompêo de Camargo Neto
Prof. Dr. José Eduardo R. de Sousa
Prof. Luis Antonio Baptista
Prof. Paulo Antonio G. L. Zuccolotto
Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi
Profa. Terezinha da Conceição Vitti Favarin
Prof. Lázaro Partamian Carriel

Revisão

Profa. Terezinha da Conceição Vitti Favarin

Coordenação de Edição

Maria Augusta Amaeing Langbeck

Divulgação

Setor de Intercâmbio SBI - PUC-Campinas

Tiragem: 1.500 exemplares

Direitos e Permissão de Divulgação

As matérias assinadas são de total e exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos reservados à FACECA PUC-Campinas. É permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Campus I - FACECA PUC-Campinas
Rodovia Dom Pedro I, km 136
Parque das Universidades - CEP 13086-900
Caixa Postal 317 - CEP 13012-970 - Campinas - SP
Fone: (0XX19) 756-7099
E-mail: faceca@acad.puccamp.br

Capa

Alessandra Righetto, Ana Carolina Farizo Rezende, Ana Paula Menezes Pedro, Cláudia Miranda Cardoso, Cristina Carvalho de Camargo, Gustavo Gomes Pacheco e Patrícia Vargas Porto (Alunos do Curso de Publicidade e Propaganda do IACT/PUC-Campinas)

Editoração e Impressão:

Departamentos de Composição e Gráfico da PUC-Campinas.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS

PUC-CAMPINAS

cadernos da
FACECA

Cadernos da FACECA	Campinas	V. 9	nº 1	Jan./Jun.	2000
--------------------	----------	------	------	-----------	------

ISSN 0104-1495

SUMÁRIO

Editorial	05
-----------------	----

ARTIGOS

A intervenção do Estado no abastecimento

Cândido Ferreira da Silva Filho	07
---------------------------------------	----

Características da atuação empresarial nos anos 90: uma análise a partir da perspectiva da economia do trabalho

Josmar Cappa	23
--------------------	----

A dinâmica locacional das indústrias, o desemprego e os sindicatos

Rui Ribeiro de Campos	44
-----------------------------	----

A teoria econômica da atual dinâmica financeira das economias capitalistas

Samuel Costa Filho	68
--------------------------	----

OPINIÃO

As voltas que o mundo dá

Fernão Pompêo de Camargo Neto	99
-------------------------------------	----

EDITORIAL

Esta edição de "Cadernos da FACECA", está composta de quatro artigos que abordam assuntos da atualidade relacionados com a economia, contabilidade e administração. Além disso, apresenta um artigo de Opinião.

O autor do primeiro artigo, mostra que inicialmente, como parte importante do processo de preservação da riqueza privada nos anos 90, o grande empresário promoveu mudanças na administração financeira e intensificou o movimento de concentração de capital, que seiviu, inclusive, para redefinir suas áreas de expansão comercial.

Numa análise abrangente, o autor do segundo artigo, destaca a importância de ter uma política agrícola coerente com o objetivo de ampliar a produção de alimentos, bem como as condições para um adequado abastecimento. Para garantir o abastecimento a política agrícola deve ser complementada por programas governamentais de comercialização, alimentação e nutrição.

O terceiro artigo, o autor apresenta uma análise dos fatores da localização industrial e das divisões social e territorial do trabalho no sistema capitalista. Depois, procura caracterizar o problema do desemprego e da precarização do trabalho no Brasil e na América Latina, e a necessidade de mudança de estratégias por parte dos sindicatos diante da nova ordem econômica.

O assunto a ser conferido no quarto artigo, objetiva analisar a situação da teoria econômica diante das transformações verificadas no sistema capitalista a nível mundial, ou seja, confrontar a teoria com o processo conhecido pelo nome de Globalização.

"As Voltas que o Mundo Dá", é o artigo de Opinião. O autor apresenta a globalização dos mercados financeiros, com a tendência que ocor-

reu de transferência da capacidade de criação de moeda dos bancos centrais para os bancos privados, veio a contribuir no sentido de que o sistema de relações interbancárias - principal mecanismo de refinanciamento dos bancos internacionais - viesse a criar um mercado de dinheiro endógeno, que escapava ao controle dos sistemas nacionais de reserva.

Esperamos que os temas abordados no exemplar "Cadernos da FACECA", possa contribuir para o aprimoramento profissional de nossos leitores.

Os editores

A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO ABASTECIMENTO

Cândido Ferreira da Silva Filho¹

1. INTRODUÇÃO

O setor agrícola brasileiro caracterizou-se, até fins dos anos 50 e início da década de 60, por fraca mecanização, com uso intensivo de mão-de-obra, e poucas compras de máquinas, equipamentos e insumos industriais.

Enquanto isso, eram grandes os avanços do setor urbano-industrial. Em 1950, cerca de 36,16% da população do País era urbana mas, em 1970, essa porcentagem havia aumentado para 55,92% (tabela 1). Já a participação da indústria no PIB brasileiro passou de 24% em 1953, para 35,4% em 1970. Simultaneamente, a contribuição da agricultura ao PIB caiu de 26% em 1953, para 11,7% em 1970 (tabela 2).

Entretanto, a intensa modernização da economia brasileira, resultante da política econômica desenvolvimentista, apresentava problemas. A rápida industrialização, a migração do campo para a cidade, o acelerado crescimento dos centros urbanos, a expansão dos setores de serviços e comércio, e a formação de novos segmentos de trabalhadores assalariados, fizeram que ocorressem, por vezes, dificuldades de abastecimento alimentar.

¹ Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC de Campinas). Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Economista.

Tabela 1. Distribuição da população por área de moradia. Brasil, 1940-91. Em percentagens.

Ano	População urbana (em %)	População rural (em %)
1940	31,24	68,76
1950	36,16	63,84
1960	45,08	54,92
1970	55,92	44,08
1980	67,59	32,41
1991	75,47	24,53

Fonte: **IBGE**. Censos Demográficos.

Tabela 2. Distribuição setorial do PIB. Brasil, 1953-92. Em percentagens.

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços
1953	26	24	50
1960	23	25	52
1965	19	33	48
1970	11,7	35,4	52,9
1975	9,7	36,8	53,5
1980	8,8	38,2	53,0
1982	9,1	36,7	54,2
1992	9,9	31,6	58,5

Fonte: **Conjuntura Econômica**. In: BAER, W. **Economia Brasileira**. São Paulo, Nobel, 1996. p. 363.

Dai, a intervenção governamental crescente no setor agrícola. O crédito subsidiado, a política de preços mínimos e a extensão rural, pretendiam contribuir, entre outras coisas, para introdução de estímulos econômicos que induzissem os produtores a ampliar a oferta agrícola para atender às exigências dos centros urbanos, garantindo assim, a estabilidade da produção, de preços e do abastecimento.

Porém, uma política agrícola coerente com o objetivo de ampliar a produção de alimentos é apenas uma das condições para um adequado abastecimento. Para garantir o abastecimento a política agrícola deve ser complementada por programas governamentais de comercialização, alimentação e nutrição. Daí, a importância da política de abastecimento.

A partir dos anos 60, a política de abastecimento, envolveu a criação de instituições como, Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Companhia Brasileira de Armazenagem (CIBRAZEM) e Centrais de Abastecimento (CEASA's), além da definição de novas atribuições para a Companhia de Financiamento da Produção (CFP)². Essas instituições poderiam intervir no mercado para reduzir as margens de comercialização, dar maior estabilidade à oferta e aos preços, distribuir alimentos e, ainda, ampliar a concorrência entre os agentes envolvidos na comercialização dos gêneros agrícolas.

Com a intervenção na agricultura o governo desenvolveu uma ação planejadora global, que pretendia induzir à modernização, diversificação e integração do setor agrícola ao setor urbano-industrial. Verificou-se, então, a denominada "**modernização conservadora**", caracterizada por crescimento da produção, porém, sem ações do Estado no sentido de promover reformas da estrutura agrária brasileira.

2. POLÍTICA DE ABASTECIMENTO: JUSTIFICATIVAS

O Brasil enfrentava, no início da década de 60, um quadro de estagnação econômica, recessão, e inflação ascendente, com o poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores sofrendo reduções.

A deterioração do quadro econômico e social, com todas as suas implicações políticas, fez com que as preocupações das autoridades

2 A criação do Commissariado da Alimentação Pública, em junho de 1918, com poderes para intervir no mercado, é considerado o marco inicial da intervenção do Estado no abastecimento.

políticas e econômicas fossem voltadas para os problemas do abastecimento. Isto porque, estava havendo alta dos preços dos alimentos e matérias primas agrícolas e, em consequência, crescimento das tensões sociais nos centros urbanos. Além disso, a “*carestia*” era uma ameaça à política econômica nacional, uma vez, que o aumento do custo de vida implicava na necessidade de ajustes freqüentes nos níveis salariais, o que gerava conflitos e instabilidade econômica.

Esses fenômenos levaram políticos, empresários e consumidores a procurarem explicações para as dificuldades do abastecimento. As principais explicações para os problemas foram: inadequação da estrutura agrária brasileira, que só poderia ser superada com uma reforma agrária; má qualidade dos solos e elevado preço das terras; baixo nível tecnológico da agricultura brasileira; exiguidade do crédito agrícola; dificuldades de transporte e comercialização da safra agrícola, o que levava os produtores a recorrerem aos serviços de intermediários para garantir o escoamento da produção; ação monopolista dos intermediários, controlando desde o processo produtivo até o armazenamento e distribuição nos centros de comercialização; e impostos, que oneravam a produção, desde a colheita até à venda aos consumidores (LINHARES & SILVA, 1979, p. 144-55).

Dentre as explicações para as crises no fornecimento de alimentos, ganhou importância, no início dos anos 60, a tese que apontava como causa dos problemas do abastecimento o fato da agricultura não responder aos estímulos econômicos. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, apresentado em dezembro de 1962, e elaborado sob a coordenação de Celso Furtado, ministro extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico, por exemplo, atribuía a insuficiência da oferta agrícola aos problemas estruturais da economia brasileira, especificamente, à estrutura da propriedade da terra, na qual predominavam os latifúndios não capitalistas e minifúndios, onde os agricultores mal conseguiam ganhar sua subsistência, e não estariam integrados à economia de mercado. Daí, as recomendações para realização de reformas de base, dentre as quais, a reforma agrária.

A realização da reforma agrária, por sua vez, exigia um governo politicamente forte e com maioria no Congresso, e este não era o caso do governo Goulart. Além das dificuldades políticas, o governo brasileiro enfrentava, também, a partir de 1961, dificuldades financeiras, que tornavam a reforma agrária, praticamente, impossível³.

O movimento militar, que assumiu o poder em março de 1964, por sua vez, não esteve preocupado com a realização de reformas da estrutura econômica brasileira, muito embora, em resposta a problemas estruturais como a concentração da posse da terra, o governo brasileiro tenha elaborado o ***Estatuto da Terra***, Lei número 4.504 de dezembro de 1964, que lançou as bases institucionais para a realização da reforma agrária. Porém, o Estado pouco realizou nessa área.

Diante das dificuldades para a realização da reforma agrária, e em razão da permanente instabilidade da produção e preços dos alimentos, ganhou relevância entre as autoridades governamentais a tese que atribuía a crise do abastecimento às dificuldades de distribuição e comercialização. Isto porque, os produtores ficavam sujeitos à extorsão dos intermediários que controlavam, de um lado, a distribuição e comercialização e, de outro, os meios de crédito e armazenamento. Os consumidores, por sua vez, sofriam com as altas de preços dos alimentos, pois, os intermediários controlavam a oferta.

Por outro lado, estudando a resposta da produção agrícola aos preços no Brasil, PASTORE (1973, p. 157-8) procurou demonstrar que ***“os agricultores, no Brasil, tomam suas decisões sobre “o que” e “quanto” produzir através de critérios próximos ao da maximização dos lucros (...). O fato de algumas elasticidades (principalmente de curto prazo) serem aparentemente pequenas, deve ser encarada como decorrência do funcionamento do mercado de fatores de produção, e do fato das ofertas de fatores, para a agricultura como um todo, e para os produtos agrícolas mais importantes, não ser sensivelmente elástica”***. Em outros termos, o caráter retardatário do se-

3 A legislação determinava o pagamento antecipado e em dinheiro das terras desapropriadas para fins de reforma agrária. A modificação na legislação, por sua vez, exigia que o governo tivesse no Congresso maioria qualificada. Daí, a natureza das dificuldades políticas e financeiras para a realização da reforma agrária.

tor agrícola, se dava pelo elevado custo dos fatores de produção, caracterizando como causa do atraso relativo da agricultura a questão dos estímulos econômicos e não a estrutural.

Assim, os problemas de abastecimento eram decorrentes de desequilíbrios no suprimento de alimentos, e também, da reduzida lucratividade da produção destinada ao mercado interno, o que impedia a população de satisfazer suas necessidades básicas. E estes problemas ficavam mais graves na medida em que crescia o setor urbano-industrial. Com o objetivo de enfrentar os problemas do abastecimento e, em especial, as questões de infra-estrutura, que dotavam os intermediários de poder monopolista, o governo federal interferiu no setor⁴.

3. EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE ABASTECIMENTO

A intervenção do Estado no abastecimento se fez através do controle de preços; participação direta do Estado na comercialização; e reforma das estruturas de distribuição e comercialização de alimentos.

Essas políticas pretendiam contribuir, de um lado, para que os agricultores, principalmente os pequenos, comercializassem sua produção com eficiência e, de outro, para que a população pobre adquirisse gêneros agrícolas melhores e com preços mais baixos.

Especificamente, quanto às reformas das estruturas de distribuição e comercialização de alimentos, acreditavam as autoridades governamentais que estas podiam contribuir para aperfeiçoamento do funcionamento do mercado, bem como, melhoramento das condições de alimentação da população, já que deveriam proporcionar *“maior”* eficiência aos mecanismos de mercado.

4 Apesar dos esforços governamentais, até o início da década de 1970, a política de abastecimento brasileira não foi eficaz para impedir a ação dos denominados *“intermediários”*. Maria Yedda Leite LINHARES & Francisco Carlos Teixeira da SILVA, *História política do abastecimento: 1918-1974*, p. 173.

3.1. Controle de Preços

Já mencionamos que as dificuldades no abastecimento no Brasil eram atribuídas, entre outras coisas, à ação dos intermediários. Daí, a política de abastecimento brasileira ter sido operacionalizada através de tabelamentos de preços. Para tanto, o governo, através da Lei Delegada número 05, de 26 de setembro de 1962, criou a SUNAB⁵. Essa Autarquia Federal era vinculada diretamente à Presidência da República e tinha sob sua jurisdição a CFP, a COBAL e a CIBRAZEM. A COBAL e a CIBRAZEM eram empresas públicas, criadas pelas leis delegadas números 06 e 07, respectivamente, de 26 de setembro de 1962. Quanto à CFP, criada em 1943, foi transformada em Autarquia Federal, através de Lei Delegada no. 02, de 26 de setembro de 1962.

A criação da SUNAB implicou numa intervenção crescente no domínio econômico. Isto porque, essa autarquia federal interviu no mercado através de tabelamentos de preço, além de supervisionar a compra, armazenagem e transporte de produtos agrícolas. A SUNAB pretendia, também, estimular a produção e oferecer informações sobre produção e comercialização de gêneros agrícolas. Por fim, esse órgão governamental poderia, invocando a Lei Delegada número 05, ***“requisitar estoques, aplicar penas pecuniárias àqueles considerados especuladores e demais medidas julgadas necessárias à regularização do abastecimento”***. (ADABO, 1981, p. 30).

A atuação da SUNAB, principalmente nos anos 70, caracterizados por constante intervenção do governo nos mecanismos de mercado, foi ampla, envolvendo, desde o controle direto dos preços, até o assessoramento do governo na formulação e implementação das medidas intervencionistas na área econômica. As formas de intervenção do governo no abastecimento de gêneros essenciais envolveram o estabelecimento de normas de comercialização; fixação de preços me-

5 A SUNAB sucedeu a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), que havia sido criada em 1951, e era responsável por intervenções do governo no abastecimento de gêneros alimentícios. A COFAP destacou-se pelos rígidos controles de preços a nível de varejo. José Homero ADABO, Um estudo sobre a intervenção do Estado no abastecimento, *Informativo Técnico*, 3 (1) : 34.

diante **“acordos de cavalheiros”**; fixação de preços máximos; fixação de preços mínimos; e fixação de reajustes de preços.

Durante os anos 80, as intervenções do governo promovidas pela SUNAB foram feitas com periodicidade irregular e, muitas distorções do mercado começaram a ser percebidas como originárias da insuficiência da produção, problemas sazonais ou decorrentes de questões alocatórias. Convencido de que os tabelamentos não davam resultados, nos anos 90 o governo deixa de exercer o controles diretos sobre o preços. O funcionamento da economia, de acordo com a orientação política predominante, devia se dar de acordo com as leis de mercado. Por isso, a SUNAB sofreu mudanças em suas atribuições e passou a privilegiar a proteção e defesa do consumidor.

A CFP, era responsável pela execução da política oficial de preços mínimos. O objetivo dessa política era, em caso de preços baixos no mercado, garantir o custeio, ou seja, os recursos necessários para que o produtor, permanecesse a curto e médio prazos na atividade.

A COBAL, que veio substituir o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)⁶, deveria coordenar e executar a política nacional de abastecimento através da compra e venda de estoques reguladores de gêneros agrícolas. Para tanto, esta instituição atuou no comércio de alimentos de cunho social; abriu supermercados em áreas de comércio precário e baixa concorrência; desempenhou o papel de atacadista; e, colaborou na dotação de infra-estrutura e coordenação de mercado destinados à comercialização de produtos hortigranjeiros, pescados e outros perecíveis, nos grandes centros urbanos do Brasil.

A CIBRAZEM, sucessora da Comissão Executiva de Armazéns e Silos (CEAS), por sua vez, executou a política oficial de armazenamento de produtos agrícolas⁷. Essa instituição, que foi implantada com o objetivo de criar e administrar redes de armazenamento, pretendia viabilizar o consumo gradativo dos produtos agrícolas, isto porque, os

6 ABASTECIMENTO - novos caminhos? *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, 24 (4) : 66.

7 ABASTECIMENTO - novos caminhos? *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, 24 (4) : 66.

preços da safra, geralmente descendentes, podiam inviabilizar a produção futura, ou então, poderiam ocorrer problemas na comercialização em razão dos custos e dificuldades de transporte nas épocas de safra⁸.

Com isto, foram definidas as bases do sistema de controle sobre o abastecimento de alimentos. Entretanto, com o decorrer dos anos, os controles de preços produziram incertezas e redução das rendas dos produtores, desestimulando os investimentos e o aumento da produção de alimentos para o mercado interno.

Diante desta realidade, em 1990, o Governo Federal promoveu alterações na estrutura das instituições voltadas à execução da política de abastecimento. Foi criada, então, por Decreto Presidencial, e autorizada pela Lei número 8.029, de 12 de abril de 1990, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), vinculada ao Ministério da Agricultura e Abastecimento, que resultou da fusão da COBAL, CIBRAZEM e CFP.

A CONAB é, em nossos dias, a instituição encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento e pretende assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. Esta instituição representou a simplificação e racionalização das estruturas burocráticas relacionadas com o abastecimento.

3.2. Estruturas de distribuição

Sabemos que os problemas do abastecimento eram atribuídos, também, às dificuldades de circulação dos alimentos e ao surgimento de posições oligopolistas⁹ na estrutura de distribuição atacadista de pro-

8 Entre 1975 a 1987, a capacidade armazenadora brasileira cresceu 90,2%. Em 1985, a rede oficial dominava 16,7% da capacidade total de armazenamento a seco e 12,5% da capacidade total de armazenamento a frio. As principais críticas aos armazéns brasileiros dizem respeito à sua localização e inadequação das condições de armazenagem. Antônio João dos REIS, *Comercialização Agrícola*, p. 133.

9 Na verdade, os comerciantes atacadistas formam um oligopsonio no momento em que adquirem os alimentos dos produtores e um oligopolio no momento de transferir os alimentos para os comerciantes varejistas.

mentos alimentícios, o que parecia implicar em aumentos e especulações com os preços. Daí, o governo Federal, através da COBAL, instituir e coordenar o SINAC¹⁰.

A partir da implantação do SINAC, as autoridades governamentais pretendiam dotar o Brasil de infra-estrutura para a comercialização de gêneros agrícolas básicos. Este programa deveria garantir maior transparência de mercado e facilidade de realização de negócios, com benefícios para produtores e consumidores.

De acordo com REIS (1997, p. 251-255), a operacionalização do SINAC se fez, ao nível da produção, através dos chamados "**mercados do produtor**", que possuíam a função de reunir produtores e compradores para facilitar a comercialização da produção. Os mercados do produtor, além de facilitarem a venda da produção dos pequenos agricultores, podiam desempenhar o papel de um centro distribuidor regional.

Ao nível do atacado, foram implantadas as CEASA's que, localizadas nas periferias das capitais dos Estados e grandes centros urbanos, pretendiam contribuir para melhorar o abastecimento do mercado varejista local e regional, e facilitar a comercialização, isto é, criar um fluxo de produtos agrícolas, com origens em distintos locais e destinados a diversos pontos de consumo, proporcionando maior organização para o setor e incentivos para o desenvolvimento da produção. Em outros termos, estas unidades reuniam atacadistas e produtores que transferiam a produção aos comerciantes varejistas.

Em relação ao varejo, foram implantados os "**mercados distritais**" ou "**hortomercados**", unidades de comercialização localizadas próximas aos consumidores, nos quais atuam comerciantes varejistas que vendem os produtos adquiridos nas CEASA's.

10 Neste trabalho privilegiamos as discussões sobre o SINAC, pois, foi o principal programa governamental na área de comercialização de alimentos. Entretanto, as preocupações governamentais com a estruturas de comercialização estiveram presentes em programas como Postos Volantes de Compra (POVOC), Centros Integrados de Comercialização Agrícola (CICOA), Grupo Executivo de Movimentação de Safras (GREMOS). Hélio TOLLINI, Modelo brasileiro de comercialização de produtos agrícolas, *In.*: Alimentos, Política Agrícola e Pesquisa Agropecuária, p. 71.

Em relação às estruturas de comercialização e distribuição, SALLES (1991, p. 39-40) e PEREIRA (1990, p. 21-24) lembram que os objetivos do governo federal com a implantação das CEASA's eram, em primeiro lugar, reduzir os custos diretos e indiretos de comercialização, bem como, colaborar para a diminuição dos custos de comercialização do comércio varejista. A comercialização através de um grande centro atacadista deveria propiciar "**economias de escala**" e estímulos à adoção de inovações gerenciais.

Em segundo lugar, esperavam que ocorressem melhorias da qualidade dos produtos alimentícios, pois, as autoridades sanitárias poderiam impor e fiscalizar as condições de higiene dos alimentos. Paralelamente, a concentração dos produtos agrícolas em um centro comercial deveria favorecer a adoção de padrões mais sofisticados de classificação, embalagem e movimentação das mercadorias comercializadas.

Em terceiro lugar, as CEASA's deveriam ser fonte de informações sobre os mercados agrícolas, necessárias para a elaboração da política agrícola e para a orientação dos agentes envolvidos com a produção e comercialização de alimentos. Em outros termos, era necessário produzir informações e estatísticas para se elaborar o planejamento do abastecimento. Para tanto, foi desenvolvido o Serviço de Informação de Mercado Agrícola (SIMA), para coletar, em todas as capitais e principais cidades do interior, preços no atacado, e distribuir estas informações para entidades públicas e privadas.

Em quarto lugar, os investimentos governamentais em centros de comercialização e distribuição de gêneros agrícolas básicos deveriam colaborar para o aperfeiçoamento dos mecanismos de formação de preços, bem como, redução das flutuações da oferta agrícola. Acreditava-se que a intervenção governamental poderia reduzir ou eliminar o poder dos intermediários, que exerciam grande influência na determinação de preços, com benefícios para os produtores e consumidores.

Em quinto e último lugar, pretendia-se com a implantação das Centrais de Abastecimento melhorar as condições urbanísticas das cidades. Os centros atacadistas localizados nas periferias dos centros urbanos permitiriam, de um lado, a redução dos custos de comercialização e, de outro, melhoria da qualidade de vida nas cidades, em termos de

redução de congestionamentos de trânsito e melhorias das condições higieno-sanitárias.

Os objetivos governamentais na área de comercialização e distribuição sugerem que as transformações nas estruturas de intermediação parecem ter sido consideradas pelas autoridades como condição suficiente para que ocorresse a introdução de inovações gerenciais que permitiriam ao produtor e aos comerciantes atacadistas e varejistas operar com maior eficiência e com preços mais baixos.

Ressalte-se que as CEASA's foram o principal instrumento através do qual o Estado colocou em operação a política de abastecimento nos grandes centros urbanos.

A população deveria ser beneficiada, tanto pela redução e estabilização dos preços, como por ter o acesso aos gêneros básicos facilitado, além de contar com a ampliação das quantidades e melhoria da qualidade dos alimentos.

A gerência do SINAC e a administração das CEASA's, foram exercidas pelo governo federal, através da COBAL, até o final dos anos 80, quando estas instituições foram transferidas aos governos estaduais ou municipalizadas, em cumprimento ao decreto-lei 2.400, de 21 de dezembro de 1987. A transferência das ações representativas da participação federal nas entidades vinculadas ao SINAC representou a desarticulação da política nacional de abastecimento.

Porém, a partir do momento que o governo federal deixa de exercer controle direto sobre as CEASA's, estas entidades tiveram a oportunidade de desenvolver as estratégias que julgassem ser as mais convenientes para assegurar o seu sucesso na comercialização e distribuição de produtos hortigranjeiros.

3.3. Estado e comercialização de alimentos

A satisfação das necessidades básicas da população depende da política agrícola e da política de abastecimento, que devem ser capazes de fazer chegar, com eficiência, os alimentos aos consumidores¹¹.

¹¹ As políticas agrícola e de abastecimento podem deixar de produzir bons resultados se os consumidores enfrentarem situações de crise econômica, com redução de renda e emprego, ou seja, se as condições macroeconômicas forem desfavoráveis, como veremos mais adiante.

Para tanto, a ação governamental com o propósito de favorecer os consumidores se fez, de um lado, através do SINAC e seus programas, tais como, mercados do produtor, centrais de abastecimento, hortomercados, feiras cobertas, módulos de abastecimento, varejões, sacolões e outros. De outro lado, foram implementados programas que garantissem o abastecimento regular de gêneros básicos, dentre os quais, merece ser destacado a denominada **REDE SOMAR**.

A REDE SOMAR, criada em 1975 pelo governo federal, envolvia uma cadeia voluntária de lojas varejistas independentes, associadas a um atacadista, para a distribuição de uma cesta de mercadorias. O objetivo desse programa era **“eliminar o diferencial de preços de produtos básicos existentes entre os bairros centrais das grandes cidades, de maior renda, e os bairros periféricos, de menor renda.”** (TOLLINI, 1989, p. 73).

A COBAL era quem desempenhava o papel de atacadista, comprando os produtos e os distribuindo aos varejistas a preços moderados (sem subsídios), favorecendo o consumidor final de baixa renda. Esse programa pretendia colaborar para o desenvolvimento do pequeno comércio varejista, freqüentemente, dependente dos atacadistas e, também, ser um canal alternativo de comercialização para os produtores rurais.

Quanto às ações governamentais assistencialistas, tais como, distribuição de alimentos à população, costumavam ser adotadas somente em situações emergenciais e eram orientadas para atender grupos sociais carentes da população de baixa renda, como gestantes, crianças e idosos.¹²

A partir de 1991, a CONAB passou a ser a entidade governamental responsável pelo desenvolvimento de programas que estimulassem o

12 O governo brasileiro implementou grande número de programas como resposta às crises de abastecimento. É o caso, por exemplo, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), vinculado ao Ministério da Saúde, que administrou o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos (PROAB), o Programa de Racionalização da Produção dos Alimentos Básicos (PROCAB), e o Programa de Nutrição e Saúde (PNS) posteriormente Programa de Suplementação Alimentar (PSA). A Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), ligada ao Ministério do Bem-Estar Social, era o órgão responsável pelo Programa de Complementação Alimentar (PCA). Os Ministérios do Trabalho, Educação, Agricultura e Abastecimento, a Presidência da República e outros órgãos desenvolveram programas de distribuição de alimentos.

consumo de produtos básicos pela população carente e, ainda, garantissem o suprimento de alimentos em áreas não atendidas pela iniciativa privada.

A intervenção do Estado na comercialização de alimentos evidencia, mais uma vez, que as autoridades acreditavam que a segurança alimentar poderia estar assegurada se fosse favorecido, principalmente, o acesso físico da população aos alimentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de abastecimento deveria contribuir para assegurar a produção e a estabilidade do fluxo de alimentos, e garantir aos indivíduos o acesso aos alimentos disponíveis.

A análise da política abastecimento evidencia que as autoridades governamentais acreditavam que o Estado seria capaz de intervir corretamente no mercado, orientando e estimulando o aumento da produção de gêneros básicos.

Para tanto, era necessário investir em estruturas de distribuição e comercialização de alimentos. Estas medidas, deveriam criar um mercado mais livre, sem intermediários com posições oligopolistas capazes de manipular a oferta e os preços, bem como, contribuir para preços reais decrescentes e aumento do consumo de alimentos. O desafio, portanto, era compatibilizar o interesse social com o interesse privado.

A estrutura básica do sistema de abastecimento, surgida na década de 60, envolveu órgãos como SUNAB, CFP, CIBRAZEM e COBAL. Esta estrutura perdurou por muitos anos, mas, os campos de ação, responsabilidades e atribuições destes órgãos sofreram muitas modificações, o que comprometeu a coordenação e eficiência da política de abastecimento.

O surgimento da CONAB, na década de 90, foi uma iniciativa importante no sentido de simplificar a estrutura burocrática envolvida com a problemática do abastecimento. Isto porque, houve a centralização,

em um único órgão, das iniciativas relativas a preços mínimos, armazenagem, estoques reguladores e estratégicos, e distribuição de gêneros básicos em áreas com precária infra-estrutura privada de comercialização.

Outra modificação significativa no sistema de comercialização e distribuição de alimentos, que aconteceu em fins dos anos 80, foi a transferência das centrais de abastecimento aos governos estaduais e municipais. Isto representou, de um lado, a segmentação da política de abastecimento, comprometendo a disponibilidade de informações e a coordenação governamental sobre o setor. Mas, de outro, ofereceu a oportunidade para a construção de estruturas ágeis, flexíveis e eficientes, preparadas para enfrentar os desafios de um mundo em rápida transformação.

Finalmente, a análise da política de abastecimento revela que, embora esta política tivesse proporcionado a modernização do processo de comercialização e distribuição de alimentos, em nossos dias não existe uma política uniforme e abrangente para o setor. Além disso, alguns objetivos da política de abastecimento, tais como, reduzir a excessiva intermediação, estabilizar os preços dos hortigranjeiros, assegurar que o produtor tivesse acesso fácil e direto ao mercado, e contribuir para melhoria da qualidade da dieta da população, parecem não ter sido atingidos.

5. BIBLIOGRAFIA

- ABASTECIMENTO - novos caminhos? *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 66-70, abr. 1974.
- ADABO, J. H. Um estudo sobre a intervenção do Estado no abastecimento. *Informativo Técnico SUNAB*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 18-45, jan./mar.1981.
- BAER, W. *Economia Brasileira*. São Paulo, Nobel, 1996. Cap. 13: O desempenho da agricultura: p. 308-29.

- LINHARES, M. Y. L. & SILVA, F. C. T. da. *História política do abastecimento: 1918 – 1974*. Brasília, BINAGRI, 1979.
- PASTORE, A. C. A. *Resposta da produção agrícola aos preços no Brasil*. São Paulo, APEC, 1973.
- PEREIRA, M. T. *Análise da política de centrais de abastecimento*. Piracicaba, 1990. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo.
- REIS, A. J. dos. *Comercialização Agrícola*. Lavras, Universidade Federal de Lavras, 1997.
- SALLES, J. T. A. de O. *Comercialização de hortigranjeiros na Ceasa-Campinas: 1981-1990*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas.
- TOLLINI, H. Modelo brasileiro de comercialização de produtos agrícolas. In: CONTINI, E., AVILA, A. F. D., TOLLINI, H (orgs.). *Alimentos, Política Agrícola e Pesquisa Agropecuária*. Brasília, EMBRAPA, 1989. p. 65–76.

CARACTERÍSTICAS DA ATUAÇÃO EMPRESARIAL NOS ANOS 90: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA ECONOMIA DO TRABALHO

Josmar Cappa¹

1. INTRODUÇÃO²

Com esse artigo pretende-se analisar o comportamento predominante entre os grandes empresários no Brasil diante do processo de implementação da política econômica neoliberal nos anos 90³. Esse processo foi o responsável direto pela formação do ambiente que condicionou as decisões empresariais relativas à modernização de suas estruturas econômicas nesse período, que envolveu três questões principais.

Inicialmente, como parte importante do processo de preservação da riqueza privada nos anos 90, o grande empresário promoveu mudanças na administração financeira e intensificou o movimento de concentração de capital, que serviu, inclusive, para redefinir suas áreas de expansão comercial.

1 Doutor em Economia pela Unicamp, Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Faceca) e Consultor Interno sobre Economia do Trabalho, ambos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

2 Trata-se de uma parte, revista e modificada, do capítulo 3 da tese de doutorado em Economia do autor. Agradeço ao Dr. Roberto Ferraiuolo, ex-vice-presidente da FIESP e atual presidente do Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes do Estado de São Paulo, pelas entrevistas concedidas em 13-2 e 19-10, ambas em 1998.

3 A noção de política econômica neoliberal expressa um conjunto de proposições para os países periféricos terem acesso aos fluxos de créditos externos voluntários, interrompidos desde a moratória do México em 1982, para, ao mesmo tempo, equilibrarem o balanço de pagamentos e construir nova estratégia de desenvolvimento econômico. É o que ficou conhecido por Consenso de Washington: de um lado, reforma do Estado, por meio da privatização de empresas estatais, reformas administrativa, tributária, da Previdência Social e das relações de trabalho; de outro, mudanças na política econômica articuladas com reformas estruturais, especialmente abertura comercial, liberalização financeira e políticas fiscal e monetária restritivas. Os contextos econômico e político relacionados ao processo de implementação da política econômica neoliberal no Brasil não é objeto de análise deste artigo. Para detalhes, ver Williamson (1990); Tavares (1993); Oliveira & Baltar, 1997; Cappa (1999); Maciel (1999).

Depois, procurou-se sublinhar o processo de reorganização patrimonial que se notabilizou por ser ainda limitado, especialmente às grandes empresas, e introduzido de forma parcial. Isso porque, combinou o aprofundamento das mudanças nas formas de gestão e organização dos processos produtivos com eliminação de postos de trabalho e redução de custos operacionais.

Em paralelo as mudanças anteriores, e principalmente após a estabilidade monetária alcançada com o Plano Real em 1994, boa parte das lideranças empresariais procurou melhorar a relação entre suas entidades e os sindicatos associados, com intuito de ampliar sua capacidade de mobilização junto aos empresários e qualificar a posição patronal nas negociações coletivas de trabalho. Assim, foi possível conduzir o processo de reorganização patrimonial articulado com a flexibilidade nas negociações coletivas, especialmente para rever o conteúdo dos acordos e convenções de trabalho e reduzir conquistas trabalhistas.

2. REESTRUTURAÇÃO PATRIMONIAL COM MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL E REDEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE EXPANSÃO

As mudanças mais importantes na administração financeira das empresas-líderes⁴ foram concentradas e intensificadas em 1990, pois a partir de meados de 1991-92 os principais indicadores do Balanço

4 Para analisar o processo de reestruturação econômica das grandes empresas foi utilizado o conceito de empresas-líderes desenvolvido nos estudos de Belluzzo & Almeida, 1987 ; Novais, 1989 ; Almeida & Novais, 1991 ; Portugal Junior & Novais, 1992 e Almeida, 1994. As empresas-líderes são selecionadas entre 71 subsetores pelo critério da receita operacional líquida que excede a média ponderada de Niehens definida como: $N = \sum x_i^2 / \sum x_i$, sendo $X_i = a$ a ocorrência da receita operacional líquida da empresa i . Posteriormente, as empresas-líderes que excedem essa média são agrupadas em 26 setores divididas entre capital nacional e estrangeiro. Esse procedimento permite selecionar as empresas que são líderes em seus setores e subsetores e não apenas as maiores e melhores pelo critério da receita operacional líquida absoluta.

Patrimonial dessas empresas apresentaram desempenho compatível ao daquele verificado no final dos anos 80, quando foi dada ênfase a variável financeira em detrimento dos demais instrumentos de administração empresarial.

Em relação ao final da década de 1980⁵, uma das principais alterações na administração financeira da estrutura patrimonial das empresas-líderes foi o aumento do endividamento bancário verificado especialmente em 1990. Entre as líderes nacionais o endividamento chegou a quase 20% e depois foi reduzido para 16% em 1992. Em igual período, o desempenho das empresas líderes-estrangeiras foi semelhante, pois o endividamento bancário ficou perto de 17% e foi reduzido para 11% (ver Tabela 1).

Tabela 1. INDICADORES SELECIONADOS DO BALANÇO PATRIMONIAL DAS EMPRESAS-LÍDERES 1990-1992 (em %)

Indicadores	Líderes-nacionais			Líderes-estrangeiras		
	1990	1991	1992	1990	1991	1992
End Banc Tot/Pas Tot	19,81	17,47	15,61	16,57	12,64	10,87
Mark-up	43,63	39,64	40,39	31,76	27,98	29
Apl Fir/Ativo Tot	3,41	3,09	6,27	4	4,14	5,8
LONO/ROL	2,49	-3,91	2,44	-0,91	-1,65	-1,06

Fonte: Portugal Junior, Andrei e Novais (1994)

5 Não é possível estabelecer comparações empíricas exatas entre os anos 80 e 90, bem como com o período posterior a 1992, devido às mudanças na legislação que regulamenta a emissão de balanços patrimoniais, sobretudo extinção do BTN e emissão da Lei 8200 de 28-6-1991 regulamentada pelo Decreto-Lei 332 de 4-11-1991. Assim, foram alterados os procedimentos para o cálculo das variações dos preços medidos pelo índice oficial (o BTN), implicando, de um lado, em maior cobrança de impostos para as empresas capitalizadas e menor incidência para as que estavam descapitalizadas porque, com a nova correção monetária, passaram a ter prejuízo maior ou lucro menor que o efetivo. De outro, muitas empresas deixaram de apresentar informações econômicas-financeiras conforme determinações da legislação societária (Lei 6.406, lei das S/As), o que reduziu o número de amostras e prejudicou os procedimentos metodológicos para estabelecer comparações entre períodos distintos. Nesse estudo, contudo, os dados empíricos servem para analisar tendências predominantes empreendidas pelos grandes empresários e não apontar resultados exatos.

Parte do aumento do endividamento bancário das empresas-líderes foi contraído para suprir a insuficiência de recursos disponíveis gerada pelo bloqueio dos Cruzados Novos promovido pelo Plano Collor 1⁶. Com intuito de contorná-la, o governo Collor de Mello permitiu saques de até Cr\$ 500 mil e criou uma linha de crédito especial no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com juros subsidiados de Cr\$ 500 mil a Cr\$ 3 milhões.

O maior endividamento bancário verificado em 1990 pode ser explicado pela necessidade dos empresários cumprirem compromissos financeiros estabelecidos como, por exemplo, dívidas com fornecedores, folha de pagamentos e custos operacionais (insumos, produtos, água, luz, telefone, entre outros). Essa alteração na administração financeira ficou, porém, concentrada basicamente nesse ano porque os efeitos macroeconômicos esperados com a retenção dos ativos em circulação, principalmente a redução da inflação, foram anulados no início do Plano Collor 1 por, pelo menos, dois motivos principais.

Primeiro, porque grande parte das empresas utilizou a linha de crédito especial criada pelo governo federal, expandindo, desse modo, a base monetária e ampliando a circulação de moedas por meio do multiplicador bancário.

Segundo, porque, por determinação do Plano Collor 1, os pagamentos de taxas, impostos (federais, estaduais e municipais) e de contribuições à Previdência Social puderam ser feitos em Cruzados Novos convertidos em Cruzeiros até 18-5-1990, o que também contribuiu para expandir os ativos monetários em circulação no País.

Com intensidades distintas, as empresas-líderes optaram também por: i) reduzir suas atividades econômicas, sendo, no caso das líderes-nacionais, acompanhadas pela redução de estoques de produtos acabados; ii) negociar a transferência de posições em Cruzados Novos para Cruzeiros com o governo federal, empresas coligadas e fornecedores e clientes dentro da cadeia produtiva; iii) ampliar as exportações

6 Por meio da reforma monetária que instituiu o Cruzeiro o governo federal reteve cerca de 67% dos Cruzados Novos em circulação no País para reduzir despesas com juros da dívida interna. Para detalhes sobre os Planos Collor 1 e 2 consultar os estudos de Oliveira (1990); Tavares (1993); Andrei & Arruda Sampaio (1995).

para compensar a redução do mercado interno; e iv) conceder crédito aos clientes para reduzir estoques e obter capital de giro.

A relativa dificuldade para utilizar aumentos de *mark-ups* como forma de ampliar margens de lucro constituiu-se numa outra alteração importante na estrutura financeira dos balanços patrimoniais das empresas-líderes. Entre 1990 e 1992 esse item do Balanço Patrimonial das líderes nacionais foi reduzido de cerca de 44% para 40%, enquanto, em igual período, para as líderes estrangeiras a queda foi de 32% para 29%, chegando a 28% em 1991 (Tabela 1).

A dificuldade para elevar *mark-ups* esteve relacionada à recessão econômica (1990-1992), aos períodos de tabelamentos de preços estabelecidos pelos planos econômicos de estabilização (Collor 1 e Collor 2), as medidas para desindexar a economia em 1991⁷ e, sobretudo a política de abertura comercial indiscriminada. A liberalização comercial, ao mesmo tempo, facilitou a importação de produtos mais baratos para reduzir custos operacionais e expôs a indústria nacional à concorrência do mercado externo, historicamente mais competitivo que o interno.

A desindexação da economia, acompanhada pela recessão econômica e pela abertura comercial indiscriminada, dificultou a capacidade das empresas-líderes sustentarem majorações de preços e diminuiu a rentabilidade auferida com as aplicações financeiras. Entre outras razões, porque eventuais descompassos entre os fluxos de receita e despesa não seriam compensados pelas aplicações financeiras e poderiam provocar acúmulo de estoques, mais endividamento bancário e custos financeiros.

Com isso, entre 1990-1991 a participação das aplicações financeiras sobre o total do Ativo Patrimonial das empresas líderes ficou em torno

7 A desindexação da economia contou, entre outras, com o fim do índice oficial para reajustar salários (IPC-IBGE) e substituição do BTN pela TR e TRD e do open market e demais aplicações financeiras de curto prazo pelo FAF. Ademais, os novos indexadores seriam calculados com base em expectativas de inflação futura e não mais pela inflação passada, como os anteriores. Ou seja, seriam calculados pela taxa média de juros dos CDB's negociados pelos dez maiores bancos no Brasil.

de 3% para as nacionais e de 4% para as estrangeiras, chegando, no entanto, ao patamar de 6% em 1992 para ambas as empresas (Tabela 1). Esse movimento de recomposição ocorreu a partir de meados de 1991 à medida que o governo federal, durante a gestão do ministro da Economia Marcílio Marques Moreira, aproveitou-se da elevada liquidez no mercado financeiro internacional para iniciar o processo de liberalização financeira e elevar as taxas de juros, com intuito de, ao mesmo tempo, facilitar a entrada de capital estrangeiro nas bolsas de valores e atrair fluxos de créditos externos para equilibrar o Balanço de Pagamentos.

Apesar das alterações na administração financeira, no geral, entre 1990 e 1992 houve redução do lucro operacional e não-operacional das empresas-líderes nacionais e estrangeiras. No primeiro caso, a queda foi acentuada em 1991, quando chegou a cerca de 4%. Para as líderes estrangeiras, o lucro operacional e não-operacional manteve-se negativo em torno de 1% durante a recessão econômica (Tabela 1).

Ao lado das mudanças na estrutura financeira, mas diferentemente do período 1984-1989 quando a valorização da riqueza privada foi mantida por meio da diversificação financeira defensiva-especulativa⁸, os grandes empresários intensificaram o movimento de concentração de capital e de redefinição de suas áreas de expansão comercial por meio do aprofundamento das fusões, aquisições, vendas, fechamentos ou abertura de empresas. Somente até 1995, houve 44 fusões e aquisições no

8 Trata-se da diversificação das aplicações financeiras dos grandes empresários por intermédio da aquisição ou participação acionária em empresas coligadas e controladas (investimentos societários). Entre as líderes nacionais esses investimentos passaram de cerca de 13% para 22%, entre 1978-80, enquanto entre as estrangeiras de 7,5% para 15,5%, em igual período, respectivamente (Belluzzo & Almeida, 1999:p.102 ; Almeida, Kwall e Novais, 1990 ; Almeida & Novais, 1991). Pode ser considerada defensiva-especulativa porque nas decisões sobre investimentos societários os critérios financeiros, particularmente custo de aquisição, liquidez e rentabilidade futura, predominaram sobre as variáveis produtivas como, por exemplo, a busca de sinergias tecnológicas, aumentos de economias de escala e possíveis vantagens competitivas sobre os concorrentes (Penrose,1962). Sua função principal foi, portanto, de um lado, complementar a reorganização financeira da estrutura patrimonial das empresas-líderes iniciada durante a recessão econômica ocorrida entre 1981-1983. De outro, evitar a possibilidade de uma desvalorização financeira, diante: i) da inflação crescente, que atingiu dimensões de um processo hiperinflacionário; ii) das dificuldades para reduzir o déficit público e financiar a dívida interna com taxas de juros elevadas e curtos períodos de resgates; e iii) das expectativas quanto à ocorrência das crises cambial e fiscal.

setor de alimentos, bebidas e fumo; 26 no setor financeiro; 26 no setor químico e petroquímico; 21 no setor eletroeletrônico; 18 no setor de seguros; 16 em autopeças; 14 em farmacêutica; 11 em informática e 8 no setor energético⁹.

No Brasil, o movimento de concentração de capital e de expansão comercial foi intensificado tanto pelos processos de aberturas econômica e financeira indiscriminadas quanto pelo programa de privatização de empresas estatais, todos iniciados no governo Collor de Mello (1900-1992) sem, no entanto, política industrial que pudesse coordenar o processo de modernização do País para, entre outros, reduzir custos sociais e construir uma inserção ao comércio internacional não-subordinada aos grandes interesses financeiros.

A redefinição das áreas de expansão comercial das empresas-líderes¹⁰ por meio de investimentos societários não foi homogênea e, tampouco, composta de uma conduta exclusiva. Parte das empresas-líderes postergou projetos de investimentos e reduziu a diversificação financeira defensiva-especulativa, ao vender ações de empresas adquiridas nos anos 80, para aumentar sua competitividade em produtos considerados essenciais para sua atividade econômica ou para diluir riscos de perdas na composição de seus portfólios. São exemplos dessa conduta empresarial, os grupos Weg, Bunge y Born e ABC-Algar, Villares e Metal Leve.

Em vários casos, empresas com elevada capacidade ociosa ou consideradas ineficientes, sobretudo depois da abertura comercial, foram vendidas ou parte de suas atividades foram encerradas em virtude das importações de insumos, componentes e bens de capital. São exemplos, os casos da Perdigão, Sadia, Caemi, ABC-Algar, Villares, Sharp e Bunge y Born.

9 Informações publicadas pelo Jornal Gazeta Mercantil em 30/06/1997, p.C-1, *apud* Bonelli (1997:p.11-12).

10 Para sublinhar as características principais do processo de reestruturação patrimonial por meio de fusões, aquisições e vendas de empresas foram consultados os estudos de Ruiz (1994) e Bonelli (1997). O conceito de grupos econômicos, utilizado por esses autores, não é contraditório com o de empresas-líderes porque: i) na maioria das vezes, os grupos econômicos são administrados por empresas que são líderes em seus setores econômicos; e ii) nesse estudo interessa apresentar as principais tendências da reestruturação patrimonial da grande empresa por meio de investimentos societários e não identificar resultados empíricos exatos.

Para algumas empresas-líderes, a inserção no mercado externo, embora estivesse presente desde meados da década de 1980, foi intensificada diante da recessão econômica e dos processos de aberturas comercial e financeira indiscriminadas. Foi o caso, entre outros, dos grupos Villares, Caemi, ABC-Algar e Votorantim. Esse último, utilizou-se também da formação de subsidiárias para aumentar suas vendas no exterior. Dessa forma, evitou a intermediação por *tradings* para aproximar-se de seus clientes, instalando escritórios para transações internacionais na Ásia, Europa e Estados Unidos¹¹.

O fim dos incentivos e subsídios fiscais para diversos setores econômicos e a liberalização comercial e financeira indiscriminadas, num curto espaço de tempo, contribuíram para que as diversificações produtivas em segmentos intensivos em tecnologia fossem praticamente abandonadas, principalmente entre as líderes nacionais. Apenas uma minoria dos grupos econômicos como, por exemplo, Cofap e Weg manteve seus projetos de investimentos nessas atividades. Predominou, portanto, uma conduta empresarial em direção à especialização em setores econômicos que sinalizassem a obtenção de vantagens competitivas no mercado para manter rentabilidade futura como os grupos Villares, ABC-Algar, Docas e Metal Leve, entre outros.

A maioria dos grupos, contudo, intensificou sua incursão em setores intensivos em recursos naturais e com limitada capacidade inovadora ou difusora de novos produtos e processos de trabalho como alimentos e bebidas, metais ferrosos, têxteis e confecções, metais não-ferrosos, entre outros. Ilustram esse caso, os grupos Votorantim, Klabin, Suzano-Nemofeffer e Caemi que se inseriram na indústria papelreira.

A reestruturação patrimonial das empresas-líderes, por intermédio da participação no processo de privatização, adquiriu diversos arranjos societários entre grupos nacionais, estrangeiros, fundos de pensão e grandes bancos, públicos e privados, predominando, no entanto, três tipos de conduta empresarial.

11 Segundo o BNDES, 117 grupos econômicos detinham 402 subsidiárias no exterior. Para 67 grupos, 117 subsidiárias foram localizadas em paraísos fiscais; 114 na América do Sul, sendo 75 em países do Mercosul, além de outras 69 nos EUA. A implantação de subsidiárias no exterior foi por meio de compra ou associação (63%) e pela instalação própria (37%) (Bonelli, 1997:p.14).

Nos setores econômicos competitivos, a cautela marcou as decisões empresariais relativas à introdução de novas tecnologias e expansão nos mercados externo e interno como, por exemplo, Sadia e Perdigão, no setor de alimentos, e Belgo-Mineira, na siderurgia.

Nos setores econômicos intensivos em recursos naturais predominou a opção por especializações setoriais complementadas por especializações intra-setoriais como Klabin, Suzano-Nemofeffer e Votorantim, entre outros. No caso desse último, por exemplo, a participação nos programas de privatização das empresas do setor elétrico correspondeu a especialização intra-setorial para obter maior eficiência e autonomia em relação à política energética. Ou seja, procurou proteção contra eventuais movimentos de elevação de preços que podem comprometer a capacidade de competitividade no segmento de não-ferrosos por serem intensivos em energia.

O terceiro tipo de conduta empresarial, relativa à participação nas privatizações de empresas estatais, refere-se às decisões de diversificação produtiva realizadas, em alguns casos, com poucos critérios de seletividade e pela elevação do endividamento bancário. Razões pelas quais, existe um alto risco financeiro nesse tipo de conduta, como ilustra o caso do grupo Vicunha que se envolveu, entre outros, com a produção de siderurgia e administração de estradas-de-ferro.

3. ALTERAÇÕES NA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO DAS GRANDES EMPRESAS

Na ausência de uma política industrial que orientasse a reestruturação patrimonial no País e diante dos processos de abertura comercial e financeira indiscriminadas, além da taxa de câmbio sobrevalorizada e das taxas de juros elevadas, mantidas desde 1994 com o Plano Real¹², os grandes empresários procuraram também reduzir custos operacionais e ampliar a qualidade de seus produtos, respectivamente

¹² Para detalhes sobre o Plano Real ver Sawaya (1996); Sayad (1995); Oliveira (1996); Mercadante (1997).

por meio da eliminação de postos de trabalho¹³ e do aprofundamento das alterações nas formas de gestão e organização dos processos produtivos¹⁴.

Adicionalmente, aproveitaram a abertura comercial para importar componentes, máquinas, equipamentos sofisticados, além de insumos e serviços diversos como forma de elevar a produtividade, modernizar o mix de produção e ocupar maior espaço nos setores econômicos em que atuam.

As alterações na gestão e organização dos processos de trabalho das empresas-líderes adquiriram intensidades distintas, apesar de apresentarem características comuns. As principais mudanças na gestão da força-de-trabalho dessas empresas são as seguintes: i) eliminação de postos de trabalho, que foi compensada pelo acúmulo de funções (polivalência), intensificação do ritmo de trabalho e redução dos níveis hierárquicos com diminuição da gerência, chefia, supervisão e mudanças na estrutura administrativa; ii) terceirização de alguns serviços, em sua maioria, atividades secundárias como, por exemplo, transporte, segurança, limpeza, alimentação e contratação de trabalhadores; iii) incentivos monetários (diretos e indiretos) e mecanismos de gestão participativa como CCQ, caixa de sugestões, participação nos lucros e resultados, entre outros; e iv) programas de treinamento relativos à saúde ocupacional, segurança e prevenção de acidentes, alfabetização, noções básicas de informática, estatística, leitura de desenhos e técnicas para aumentar a qualidade e obter o certificado ISO 9000.

13 Por exemplo, conforme dados da Fundação SEADE-DIEESE, em janeiro de 1990 havia 2,158 milhões de pessoas ocupadas na indústria localizada na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), passando para 1,422 milhões em janeiro de 1999; uma redução, portanto, de 736 mil pessoas ocupadas.

14 Nos anos 80, alterações tecnológicas em processos produtivos como, por exemplo, introdução de controles numéricos em máquinas convencionais e robôs em setores insalubres (pintura, soldagem) foram introduzidas sobretudo entre as grandes empresas que conseguiram inserção no comércio internacional, notadamente localizadas nos seguintes setores econômicos: metalúrgico, material de transportes, papel e celulose, borracha e segmentos do setor alimentício como soja e carnes. Predominou, contudo, inovações organizacionais como Controle Estatístico do Processo (CEP), Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), Kamban, Just-in-Time, caixa de sugestões, células de produção, entre outros. Consultar Sarti & Furtado, 1990; Ruiz, 1994; Holanda Filho (1996).

As alterações mais importantes na organização dos processos de trabalho das empresas-líderes são as que seguem: i) diminuição dos estoques de matérias-primas, de componentes intermediários e de produtos acabados; ii) desativação de algumas linhas de produtos que deixaram de ser competitivos em relação aos similares importados; iii) reorganização dos layouts das empresas, articulando a divisão em linhas com células ou ilhas de produção; iv) programas para simplificar tarefas e reduzir tempos de produção; e v) utilização de técnicas para integrar os trabalhadores no processo de trabalho e intensificar o ritmo de produção como o CEP, *Kamban*, *just-in-time*, entre outras.

Um balanço geral da reestruturação patrimonial no Brasil, a partir de uma pesquisa realizada em 662 empresas de 32 setores econômicos, coordenada por Coutinho & Ferraz (1995), permite inferir a elevação da eficiência dos trabalhadores no processo produtivo e o aumento da qualidade de boa parte dos produtos como resultados principais do processo de modernização patrimonial nos anos 90.

Apesar de importante, essa modernização não atualizou de forma significativa a estrutura econômica do País e, tampouco, possibilitou um aumento expressivo da competitividade da indústria local no comércio internacional, sempre *vis-à-vis* ao processo de introdução de novas tecnologias em curso nos países avançados desde meados dos anos 70.

Todavia, apesar de limitada e parcial, a reestruturação patrimonial no Brasil foi suficiente para aprofundar a heterogeneidade econômica presente no processo de industrialização brasileiro à medida que empresas modernas e eficientes convivem com empresas atrasadas e ineficientes. Ademais, ampliou a segmentação existente no mercado de trabalho urbano, pois cresceram as distinções entre os assalariados empregados nas empresas grandes e modernas frente aqueles empregados nas demais empresas como, por exemplo, diferenças de remuneração, condições de trabalho, benefícios sociais e cumprimento da legislação trabalhista.

4. OFENSIVA PATRONAL NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS E FLEXIBILIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A adoção de uma postura patronal ofensiva nas negociações coletivas de trabalho esteve relacionada com as mudanças ocorridas no País entre o final dos anos 80 e o início da década de 1990. Entre as modificações importantes devem ser destacadas a Constituição Federal de 1988, a recessão de 1990-1992, as aberturas comercial e financeira indiscriminadas e a estabilidade monetária pós-1994 articulada com manutenção das taxas de juros elevadas e câmbio sobrevalorizado.

Entre outras, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que são os sindicatos (laborais e patronais) que têm as prerrogativas para representar seus associados nas negociações coletivas de trabalho.

Diante das demais alterações supracitadas, o grande empresário procurou articular a reestruturação patrimonial com a descentralização do processo de negociações e a flexibilidade nas relações de trabalho, especialmente para rever o conteúdo dos acordos e convenções coletivas e reduzir conquistas trabalhistas. Constituíram-se, portanto, em formas adicionais de reduzir custos operacionais para compensar distintas dificuldades e necessidades entre os segmentos econômicos na disputa por maior produtividade, competitividade e qualidade das mercadorias produzidas, diante das aberturas comercial e financeira indiscriminadas, taxa de câmbio sobrevalorizada e taxas de juros elevadas, mantidas desde 1994 com o Plano Real¹⁵.

Principalmente nas entidades patronais mais atuantes, a postura ofensiva nas negociações coletivas implicou na adoção de medidas para melhorar a relação com os associados, compensar dificuldades de mobilização e aumentar a eficiência e o inter-relacionamento entre seus departamentos de assessoria. A FIESP, por exemplo, aos poucos deixou a coordenação geral do processo de negociações coletivas, como

¹⁵ Em grande parte, a ofensiva patronal nas negociações coletivas de trabalho contou também com a situação de debilidade e de crise em que se encontra o movimento sindical brasileiro nos anos 90. Esse assunto, porém, foge aos objetivos delimitados neste estudo. Consultar, por exemplo, IRES, 1992; Hyman, 1995; Oliveira, 1994; OIT, 1997; Arbix, 1997; Prado, 1998.

fizera no início dos anos 80, para somente fornecer infra-estrutura jurídica e econômica mais ampla e qualificada aos sindicatos patronais¹⁶.

Dessa forma, os sindicatos patronais mais expressivos obtiveram maior autonomia para flexibilizar a negociação coletiva, por meio da redução ou retirada de cláusulas sociais e econômicas nos acordos e convenções de trabalho e piores alterações em seus conteúdos como, por exemplo, a redução do adicional sobre horas-extras para o patamar de 50%, previsto na Constituição Federal de 1988, mas que, nas negociações anteriores, variou entre 60% e 100%, e o retorno da licença à gestante para 120 dias, pois em algumas negociações coletivas chegou a ser fixado em 180 dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

Ademais, diferentemente da década de 1980, os empresários impediram a formalização de apenas uma convenção coletiva que pudesse servir de parâmetro mínimo para: i) tornar-se referencial para futuras negociações por empresas e para a formalização de acordos coletivos; ii) ser generalizado para todos os segmentos econômicos de uma mesma categoria; e iii) influenciar nas negociações das datas-bases de diferentes categorias de trabalhadores.

As redefinições do antigo Grupo 14 da FIESP são sinalizadores da ofensiva patronal nas negociações coletivas de trabalho nos anos 90. Apesar de manter a negociação na mesma data-base¹⁷, esse grupo subdividiu-se em três no início da década de 1990: i) Grupo 5, que reunia os sindicatos das montadoras, autopeças, parafusos, forjaria e fundição; ii) Grupo 8, que reúne os sindicatos de máquinas, trefilação e laminação de metais ferrosos, aparelhos elétricos e eletrônicos, refrigeração, condutores elétricos, trefilação e laminação de metais não-ferrosos, indústria de metais e equipamentos ferroviários e rodoviários e balanças pesos e medidas; e iii) Grupo 10, coordenado pela FIESP,

16 Conforme entrevista realizada em 13-02-1998 com Roberto Ferraiuolo, vice-presidente da FIESP e diretor titular do Derint.

17 No Estado de São Paulo, os sindicatos de trabalhadores metalúrgicos filiados à CUT tinham data-base no mês de abril e, de forma extemporânea, negociavam em novembro. Os sindicatos de trabalhadores metalúrgicos filiados à Força Sindical, ao contrário, tinham data-base em novembro e negociavam informalmente em abril. No entanto, a partir de novembro de 1997 houve unificação apenas da data-base, pois a elaboração das pautas de negociações e sua condução política continuam separadas.

que reúne dez sindicatos pequenos como, por exemplo, mecânica, funilaria e móveis de metal, reparação de veículos e refrigeração.

Progressivamente, a subdivisão dos grupos econômicos foi aumentada, pois, até fins de 1998, totalizavam sete: i) Grupo dos sindicatos das montadoras; ii) Grupo dos 3 (sindicatos das autopeças, parafusos e forjaria); iii) Grupos 8 e 10 foram mantidos; e iv) os sindicatos das empresas de fundição, esquadrias metálicas e siderúrgicas optaram por estabelecer negociações coletivas de forma isolada¹⁸.

A criação do Departamento de Relações Intersindiciais e do Trabalho (Derint), em 1994, expressa boa parte das mudanças no relacionamento entre sindicatos patronais e a FIESP, bem como esforço para subsidiar o movimento de descentralização das negociações coletivas. Basicamente, porque o Derint implicou na unificação do Departamento Sindical (Desin) e do Departamento de Relações de Trabalho (Deret), criados em meados da década de 1980, além de uma reorganização nos departamentos de assessoria jurídica e econômica da FIESP.

Com o Derint, a FIESP melhorou o acompanhamento das negociações coletivas realizadas no Brasil e qualificou sua assessoria nas campanhas salariais por dois motivos importantes. Primeiro, porque formou uma divisão específica para acompanhar os julgamentos dos dissídios coletivos denominada Negociações e Dissídios Coletivos (NDC). Essa divisão, foi articulada ao banco de dados da CNI que acompanha a evolução das negociações coletivas, das cláusulas econômicas e sociais e dos dissídios coletivos realizados no País.

Segundo, porque foi criada uma divisão específica sobre relações de trabalho, a Relações Trabalhistas e Sindicais (RTS), para fornecer subsídios aos representantes empresariais nas negociações coletivas e nortear o lobby empresarial no Congresso Nacional. Entre outras, com essa divisão foi possível intensificar estudos e pesquisas sobre mudanças e tendências no relacionamento entre capital e trabalho, acompanhar sistematicamente as alterações na legislação trabalhista inter-

¹⁸ Esse movimento ocorreu em todos os setores representados pela FIESP, conforme entrevista realizada em 13-2-1998 com Roberto Ferraiuolo, vice-presidente da FIESP e diretor titular do Derint.

nacional e qualificar as formulações de questões trabalhistas que a FIESP tem interesse em propor modificações, principalmente para reduzir custos operacionais e evitar penalidades impostas pela Justiça do Trabalho como, por exemplo, normas que regulamentam questões sobre higiene, saúde, segurança e acidente de trabalho.

Com a nova diretoria da FIESP (Horacio Lafer Piva, como presidente desde setembro de 1998), o Derint foi incorporado ao Departamento de Relações Jurídicas e Sociais (Dejur). Essa mudança fez parte de uma reorganização administrativa da FIESP que implicou em outras alterações como, por exemplo, a junção do Departamento de Economia (Decon) com o de Pesquisas e Análises (Denp) para formar o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon)¹⁹.

Com a reorganização administrativa da FIESP iniciou-se um processo de redivisão do espaço físico ocupado pelos associados, especialmente para demonstrar vontade política da nova direção em reaproximar-se dos sindicatos patronais mais expressivos. Os sindicatos das indústrias de cordoalha e estopa; de balanças, pesos e medidas; de chapéus de homens; de roupas e chapéus de senhoras; de luvas, bolsas e peles de resguardo; confecção de roupas; de alfaiataria; de confecção de roupas de homem; de camisas para homem e roupas brancas, entre outros, foram reagrupados em espaços menores para utilizar menos pessoal e infra-estrutura da entidade, apesar de terem poder de voto igual ao de sindicatos importantes como Sinfavea, Sindipeças e Sidimaq²⁰.

19 Conforme entrevista com Roberto Ferraiuolo em 19-10-1998 que, com a reorganização administrativa da FIESP, tornou-se o 1º diretor financeiro, mas afastou-se posteriormente e retomou a presidência do Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes do Estado de São Paulo.

20 Na maioria dos casos, os sindicatos pequenos são inexpressivos tanto do ponto de vista econômico quanto pelo número de associados que têm, apesar de legalmente terem os mesmos direitos dos sindicatos patronais mais importantes. O Sindicato da Indústria de Guarda-Chuvas e Bengalas, por exemplo, encerrou suas atividades em novembro de 1998 ao contar apenas com um sócio: a Samira, empresa do presidente e do tesoureiro da entidade patronal, respectivamente, Moris Goichberg e Cássio Elisabethsky. Assinale-se, porém, que esse problema não é novo ou específico da FIESP, pois a construção de entidades (patronais e laborais) relativamente mais homogênea foi tentada durante a elaboração da Lei Orgânica de Sindicalização (Decreto-Lei 1.402, de 1939), modificada, em grande parte, para atender interesses da própria FIESP, pelos Decretos-Leis 2.353, 2.363 e 2.381, todos de 1940 (Oliveira Vianna, 1938).

Com as mudanças citadas, a FIESP procurou, primeiro, aumentar a sinergia entre departamentos que tratam de assuntos inter-relacionados entre si para reduzir despesas operacionais e com pessoal empregado, assim como agilizar e tornar eficaz a prestação de serviços às indústrias, mantendo, porém, a autonomia dos sindicatos patronais expressivos nas negociações coletivas de trabalho.

Por último, a reorganização administrativa da FIESP representou uma tentativa de rearticular os sindicatos patronais mais importantes para qualificar a influência da entidade nas questões econômicas e políticas do País. Por exemplo, em fins de 1998, a FIESP pretendeu influenciar na nomeação do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e na redefinição de seu papel para promover o desenvolvimento da atividade econômica, principalmente por meio de sua articulação com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (MDIC), que substituiu o Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo (MICT) no início da segunda gestão do presidente da República Fernando Henrique Cardoso em 1999.

Por isso, a FIESP procurou influenciar também na função do MDIC e na indicação de alguém, vinculado aos empresários, para ocupá-lo. As lideranças da FIESP queriam que o novo ministério tivesse o papel principal de criar mecanismos para retomar o crescimento econômico por meio de mudanças parciais na política econômica neoliberal e na definição de uma política de financiamento de médio e longo prazos para micro, pequenas, médias e grandes empresas, como incentivos à implementação de um programa de geração de emprego e renda no País. O MDIC foi ocupado, primeiramente, por Celso Lafer com a incumbência de conduzir o programa de privatização de empresas estatais, estando atualmente sob a direção do ministro Alcides Tápias que é respeitado entre os empresários.

Igualmente, no final de 1998, a FIESP tentou rearticular os grandes sindicatos (patronais e laborais), centrais sindicais e parlamentares de diversos partidos políticos para discutir temas estruturais como, por exemplo, políticas industrial e de comércio exterior. Assim, pretendeu formalizar o que chamou de "Pacto pela Produção e pelo Emprego", ou

seja, uma agenda pública de debates para, entre outras: i) modificar a política econômica neoliberal, especialmente com redução das taxas de juros, incentivos às exportações e melhores condições para obter financiamento de longo prazo; ii) criar políticas de financiamentos setorial e regional com recursos do BNDES e renegociação das dívidas privadas como o governo federal; iii) negociar com o poder público, empresários e trabalhadores medidas que estimulem a retomada da produção e a geração de emprego e renda, sem comprometer a estabilidade monetária alcançada com o Plano Real; iv) criar programas compensatórios na área social; v) denunciar à OMC práticas desleais de exportação; e vi) fazer uma reforma tributária que ajuste as contas públicas, simplifique o sistema tributário e estimule a produção para gerar empregos²¹.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo procurou-se analisar o comportamento predominante entre os grandes empresários no Brasil diante do processo de implementação da política econômica neoliberal nos anos 90, compreendido como principal responsável pela formação do ambiente que condicionou as decisões empresariais relativas à modernização de suas estruturas econômicas.

Foi possível enfatizar três questões básicas que permearam as decisões empresariais relativas à modernização de suas estruturas econômicas nos anos 90: i) mudanças na administração financeira, acompanhadas por um processo de concentração de capital e redefinição de suas áreas de expansão comercial; ii) reorganização patrimonial caracterizada pelo aprofundamento das mudanças nas formas de gestão e organização dos processos produtivos, em curso desde meados da década de 1980, que foi articulado com eliminação de postos de trabalho e redução de custos operacionais; e iii) esforços para desenvolver uma postura ofensiva nas negociações coletivas de trabalho para, ao

²¹ Estiveram presentes cerca de 600 empresários, representantes dos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo do Campo, além de parlamentares do PT, PSDB, PPB, entre outros. As duas maiores centrais sindicais do País (CUT e Força Sindical) não compareceram.

mesmo tempo, descentralizá-las e flexibilizar as relações de trabalho, ambas como forma adicional de reduzir custos operacionais por meio da revisão do conteúdo dos acordos e convenções de trabalho e redução de conquistas trabalhistas obtidas especialmente nos anos 80.

A ofensiva patronal nas negociações coletivas pode ser atribuída, entre outras, às mudanças ocorridas no País entre o final dos anos 80 e início da década de 1990 como a Constituição Federal de 1988, a recessão de 1990-1992, as aberturas comercial e financeira indiscriminadas e a estabilidade monetária pós-1994 articulada com manutenção das taxas de juros elevadas e câmbio sobrevalorizado. Essas mudanças foram importantes para gerar uma situação de debilidade e crise no sindicalismo brasileiro, constituindo-se, porém, num objeto de estudo específico a ser analisado em outro artigo.

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Júlio S.G. Novais, Luís. A empresa líder na economia brasileira. *Textos para Discussão - IESP*. São Paulo, ano 6, n. 2, jun., 1991.

_____. *Crise econômica e reestruturação de empresas e bancos nos anos 80*. Campinas: IE - Unicamp, 1994, (Tese, Doutorado em Economia).

_____, KAWALL, C., NOVAIS, Luís F. *O ajuste da grande empresa privada nos anos 80*. Campinas: IPT/Fecamp/Unicamp-IE, 1990 (Relatório de Pesquisa).

ANDREI, Cristian, ARRUDA SAMPAIO, Fernando. A Política econômica. In: PORTUGAL, José G. (coord.) *Gestão estatal no Brasil: limites do liberalismo (1990-1992)*. São Paulo: Fundap, 1995.

ARBIX, Glauco A T. Os descaminhos do governo e a precarização das relações de trabalho. In: CARLEIAL, Liana ; VALLE, Rogério (org.) *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec - ABET, 1997.

BELLUZZO, Luís G. M., ALMEIDA, Júlio S. G. A grande empresa durante o cruzado. *Texto para Discussão*. São Paulo: IESP - Fundap, n. 11, set., 1987.

_____ ; _____. *Economia brasileira: da crise da dívida aos impasses do real*. 1999, (mimeografado).

BONELLI, Regis. *Estratégias de grandes grupos econômicos brasileiros nos anos 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997, (mimeografado).

CAPPA, Josmar G. *Sistema de relações de trabalho no Brasil: um estudo sobre problemas e dilemas entre Estado, empresários e trabalhadores a partir das transformações econômicas e políticas introduzidas no final do século XX*. Campinas: IE - Unicamp, 1999, (Tese, Doutorado em Economia).

COUTINHO, Luciano, FERRAZ, João C. (coord.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. 3ª ed., Campinas: Papyrus - Unicamp - IE, 1995.

HOLLANDA FILHO, Sergio B. *Os desafios da indústria automobilística: a crise da modernização*. São Paulo: IPE - USP, Série: Ensaio Econômico, 80, 1996.

HYMAN, Richard. Changing trade union identities and strategies. In: HYMAN, Richard; FERNER, Anthony (org.) *New frontiers in european industrial relations*. Oxford: Blackwell, 1995.

INSTITUT DE RECHERCHES ECONOMIQUES ET SOCIALES (IRES) *Syndicalismes: dynamique des relations professionnelles (Grã-Bretagne; États Unids; Allemagne; Italie; France)*. Paris: Dumond, 1992.

MACIEL, Marco C. N.P. *Metamorfoses do estado brasileiro: do II PND ao governo FHC*. Campinas: Unicamp - IE, 1999 (Tese, Doutorado em Economia).

MERCADANTE, Aloizio (org.). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp - IE, 1997.

- NOVAIS, Luís F. A trajetória da grande empresa privada e pública: 1978 a 1987. *Textos para Discussão*. São Paulo: IESP - Fundap, n. 27, dez., 1989.
- OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). *El trabajo en el mundo 1997-1998: relaciones laborales, democracia y cohesión social*. Ginebra: OIT, 1997.
- OLIVEIRA, Carlos A B., BALTAR, Paulo E. A. Cenários para o Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos A B.; MATTOSO, Jorge E.L. (org.) *Relações de trabalho: atualidades e perspectivas*. Campinas: Unicamp - IE - Fecamp - Rhodia, 1997, (mimeografado).
- OLIVEIRA, Marco A. Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente. In: OLIVEIRA, Carlos A. B. et. alii (org.) *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.
- OLIVEIRA, Fabrício A. O plano collar. In: OLIVEIRA, Fabrício A; BIASOTO JUNIOR, Geraldo (org.) *A política econômica no limiar da hiperinflação*. São Paulo - Campinas: Hucitec - Fecamp, 1990.
- OLIVEIRA, Gesner. *Brasil real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo: Mandarim, 1996.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. *Problemas de direito corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
- PORTUGAL JUNIOR, José G.; NOVAIS, Luís F. *O ajuste ameaçado: a grande empresa em 1990*. São Paulo: IESP - Fundap, 1992, (mimeografado).
- _____, ANDREI, Cristian, NOVAIS, Luís F. *As grandes empresas de 1990 a 1992*. São Paulo: IESP - Fundap, fev., 1994, (mimeografado).
- PENROSE, Edith. T. *Teoría del crecimiento de la empresa*. Madrid: Aguilar, 1962.
- PRADO, Antonio. *Mudanças na negociação sindical nos anos recentes: elementos para a reflexão*. São Paulo: DIEESE, jan., 1998, (mimeografado).

- RUIZ, Ricardo M. *Estratégia empresarial e reestruturação industrial (1980-1992): um estudo de grupos econômicos selecionados*. Campinas: Unicamp - IE, 1994, (Dissertação, Mestrado em Economia).
- SARTI, Fernando, FURTADO, J. *Estrutura e exportações industriais nos anos 80: elementos para uma caracterização*. Campinas: IPT-Fecamp-Unicamp-IE, 1990, (Relatório de Pesquisa).
- SAYAD, João. Observações sobre o Plano Real. *Estudos econômicos*, vol. 25, número especial, 1995-1996. São Paulo: IPE-USP.
- SAWAYA, Rubens R. Além da conjuntura. In: SAWAYA, Rubens (org.) *O plano real e a política econômica*. São Paulo: Educ, 1996, (Cadernos PUC - Economia).
- TAVARES, Maria C. As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência. In: TAVARES, Maria C., FIORI, José L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- WILLIAMSON, John. ed. *Latin American adjustment: how much has happened?* Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.

A DINÂMICA LOCACIONAL DAS INDÚSTRIAS, O DESEMPREGO E OS SINDICATOS

Rui Ribeiro de Campos¹

1. APRESENTAÇÃO

O denominado espaço industrial é um espaço de relações (intra e inter industrial, com os setores primário e terciário, entre países centrais e periféricos) e de fluxos (de capitais, matérias-primas, informações e idéias) que está em constante mudança. As indústrias estão desigualmente distribuídas no planeta e tendem a se concentrar onde existem fatores favoráveis à sua localização. Esses fatores, entretanto, são definidos historicamente e dependem do tipo de indústria. Os principais fatores locais têm sido os seguintes: matérias-primas, fontes de energia, infra-estrutura de transportes, mercado consumidor, disponibilidade de água, incentivos fiscais, rede de comunicação e centros de pesquisa. A ordem de importância dos mesmos varia segundo o período histórico e o tipo de indústria.

O capitalismo rompeu a unidade entre concepção e execução, pois é da sua essência a acumulação desigual. Nesse sistema, o homem é um fator de produção enquanto não surgem substitutos, e hoje grande parte da humanidade está condenada, não ao trabalho que aliena, mas ao não-trabalho. Segundo o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, as duzentas maiores corporações (que representam 1/3 da atividade econômica do mundo) empregam 0,75% da mão-de-obra disponível. Não foi somente a tecnologia que liberou o ser humano do trabalho manual; o próprio sistema fez com que, sem poder usar as mãos, muitos passassem a utilizar outras partes do

¹ Professor de Geografia no Instituto de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Mestre em Educação e doutorando em Geografia (área de concentração em Organização do Espaço) na Universidade Estadual Paulista – campus de Rio Claro (SP).

corpo que não o cérebro, razão pela qual, a cada ano, um milhão de crianças entra no comércio sexual.

Afirma-se que o paradigma hodierno não é mais o trabalho industrial mas o apoiado em novas tecnologias, e este está provocando uma escassez de postos de trabalho. Se hoje há uma valorização da inteligência humana, é para os poucos que a colocam a serviço do capital. É a ciência a serviço do mercado, sendo este o definidor de sua função. As atuais mudanças têm ampliado o desemprego estrutural, reduzido o papel dos sindicatos, modificado as condições de trabalho e aumentado o setor econômico informal. Com isso, passa-se a impressão de que a redução do papel dos sindicatos é algo inevitável – e a mídia tem procurado estabelecer um novo *senso comum* sobre o sindicalismo, de modo a tachá-lo de atraso, de impedidor da *modernidade*—, pouco se percebendo que a importância do sindicalismo como ator nacional é fundamental para a governabilidade, para a democracia. Entretanto, os sindicatos precisam perceber que o modelo sócio-econômico atual é outro e que, por isso, precisam mudar suas estratégias de ação para poderem continuar sendo atores sociais significativos.

Pois, como afirma Milton Santos, “*o momento passado está morto como ‘tempo’, não porém como ‘espaço’*”(Santos, 1986:10) mas, para apreender o espaço no presente, precisamos abandonar certas categorias do passado pois, “*sendo histórico, todo conceito se esgota no tempo.*” (Idem) Vivemos num *período tecnológico*, que tem como pilares “*ciência, pesquisa pura e aplicada, tecnologia e mass-media*”(Idem, p. 11), no qual a técnica subverteu as relações existentes, e que tem nas empresas transnacionais o seu veículo de afirmação histórica.

2. OS FATORES DE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL SÃO HISTÓRICOS

Durante a Primeira Revolução Industrial, as jazidas de hulha eram um dos fatores mais importantes na definição da localização industrial.

Com a Segunda Revolução Industrial, novas fontes de energia (como o petróleo e a eletricidade) passaram a se destacar, e o carvão mineral teve sua importância diminuída na localização das indústrias. As novas fontes energéticas eram mais facilmente transportadas, o que permitiu uma maior dispersão locacional das indústrias. O petróleo possuía, ainda, a vantagem de ser, ao mesmo tempo, fonte de energia e matéria-prima. Essa *libertação* da proximidade da fonte de energia permitiu que muitas se instalassem junto a matérias-primas, principalmente daquelas que tinham um custo de transporte mais oneroso em razão do volume a ser transportado. Em outros casos, foi justamente uma rede de transportes, possibilitadora do recebimento de matérias-primas e do escoamento dos maquinofaturados, o fator determinante; isso explica a presença de núcleos industriais junto a portos ou em entroncamentos rodoviários ou ferroviários.

Cidades que eram entroncamentos de meios de transportes e possuíam mercado consumidor e disponibilidade de mão-de-obra, também atraíam indústrias, que acabavam por atrair outras indústrias. Por todas estas razões, o fenômeno urbano e as concentrações industriais estiveram historicamente ligados e, muitas vezes, se construíram mutuamente. O capitalismo não criou a cidade mas, em sua fase industrial, criou a metrópole e, em sua fase financeira, a megalópole. Entretanto, a demasiada concentração de capital nas metrópoles e megalópoles acabou provocando elevação no preço do solo urbano e dos imóveis, congestionamentos nos sistemas de transportes e de comunicações, facilitação – em diversos casos – da organização sindical (aumentando o custo da mão-de-obra, que também possuía um custo de vida mais elevado) e outras *deseconomias* da aglomeração. Estes, e outros fatores, provocaram uma desconcentração de muitas indústrias, fato facilitado, inclusive, pela acelerada modificação dos sistemas de transportes e comunicações, pelo encurtamento – via velocidade – das distâncias e pelo surgimento de novos sistemas de produção (como *just-in-time*, manufatura com auxílio do computador, robótica etc). Muitos setores industriais já não mais precisam de grandes áreas para se instalarem e, hoje, uma das grandes vantagens comparativas dinâmicas é o *“meio técnico-científico-informacional”*, presente nos países centrais. Por isso, diversos países centrais per-

deram suas fábricas (*desindustrialização*) mas não a concentração do capital de suas empresas.

Se, durante um período, as grandes concentrações industriais representavam “*economias de aglomeração*”, atraindo empresas para o seu interior, observa-se atualmente que o processo está se invertendo. As indústrias de alta tecnologia estão reagindo, nas suas opções de localização, às *deseconomias de aglomeração*; muitas procuram se localizar em subúrbios distantes dos núcleos metropolitanos ou em pequenas cidades interioranas. É tudo isso tem provocado uma nova divisão social e territorial do trabalho.

3. A DIVISÃO CAPITALISTA DO TRABALHO

O motor da vida social e da diferenciação dos lugares e dos territórios é a divisão do trabalho, que tem como propulsora a produção, que atribui conteúdo e função aos lugares. Essa divisão do trabalho possui *motores* diferentes, caracterizadores dos períodos históricos; para Milton Santos, a informação é, hoje, a energia movedora e caracterizadora da divisão do trabalho. Os lugares, num mesmo período, são diferentes e se distinguem hierarquicamente pela divisão territorial do trabalho. Mas o fato de caracterizarmos, sob o enfoque do tempo, uma determinada divisão do trabalho, isto não significa que as outras estejam excluídas deste mesmo tempo pois existem “*divisões do trabalho sobrepostas, num mesmo momento histórico.*” (Santos, 1997, p. 109) Quando ocorre a chegada de um novo modo de produção, este encontra formas preexistentes às quais deve se adaptar; por isso, muitos objetos criados no passado permanecer² e, muitas vezes, com uma função na produção. Isto também explica a convivência, no tempo, de sistemas tayloristas, fordistas e toyotistas de trabalho; as-

2 Quando são formas espaciais que permanecem, Milton Santos as chama de *rugosidades*; são os objetos do passado que permanecem e servem ao presente. As rugosidades nos oferecem “*restos de uma divisão do trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (...) O modo de produção que, (...) cria formas espaciais fixas, pode desaparecer – e isto é freqüente – sem que tais formas fixas desapareçam.*” (In: *Por uma geografia nova.* -São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978, p.138)

sim, o *tempo* pode não ser o mesmo para todos num determinado período histórico, o que o transforma em um dos diferenciadores dos lugares e dos países. A estruturação de um tempo pós-fordista (ou toyotista) num determinado país pode exigir um tempo taylorista-fordista em outro.

Há um contínuo processo de modificação, obediente à lógica do capital e não aos interesses da maioria dos seres humanos, mas que não atinge a todos os lugares ao mesmo tempo e nem mesmo de igual modo, pois se caracteriza pela desigualdade, pela seletividade, ao estabelecer uma divisão territorial do trabalho e ao dotar diferencialmente os lugares quanto aos equipamentos. A repartição do trabalho vivo (divisão social do trabalho) ocorre em lugares determinados, com *tempos* característicos, dando rosto à divisão territorial do trabalho. Em cada lugar, o “*trabalho morto*” influencia a divisão do trabalho, até porque está vivo no meio ambiente construído e nas características culturais daquela determinada sociedade. Daí que a

“atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas.” (idem, p. 113).

A divisão territorial do trabalho acabou determinando a existência, não de um, mas de vários mercados de trabalho, inclusive num mesmo país.

Os setores mais modernos estão exigindo uma requalificação do trabalhador que já era mão-de-obra industrial, em razão da perda de função e/ou aquisição de novas funções dos antigos postos de trabalho. Michel Freyssenet defende que

“não há um movimento generalizado da desqualificação ou um movimento de aumento geral da qualificação, mas um movimento contraditório de desqualificação do trabalho de alguns pela superqualificação do trabalho de outros,...” (1998, 75)

Existe também, atualmente, uma “*modificação na repartição social da ‘inteligência’ da produção*”, sendo uma parte incorporada às máquinas

e outra distribuída aos trabalhadores. A máquina desapropria o trabalhador de sua força no conflito que existe no mercado de trabalho, mas o trabalhador pode reapropriar parte do poder quando é chamado a solucionar falhas técnicas, o imprevisto, os problemas ignorados pelos que conceberam as máquinas. Talvez pudéssemos afirmar que a falha e o “*não pensado*” são possibilitadores da reconquista de parcela do poder perdido.

A atual fase da “*automatização*”, supressora de tarefas repetitivas e perigosas e ampliadora da produtividade, tem transformado muitos trabalhadores não-especializados em inúteis, até porque está ocorrendo uma desqualificação de tarefas, que antes eram qualificadas, pelo desaparecimento de certas funções. A pessimista Viviane Forrester afirma que a sociedade baseada no trabalho desapareceu e que os desempregados são “*objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos.*” (1997: p. 11) Ou seja, não possuem mais lugar nesta sociedade pois suas funções foram abolidas. “*Antes, bastava-lhes manter-se em seu lugar. Eles precisam aprender a não ter nenhum: ...*” (Idem, p. 27). Mas a questão é mais complicada e deve ter soluções; a ausência delas ou a aparente impossibilidade das mesmas significa que o problema não foi colocado de modo completo, que não foi suficientemente analisado.

Paul Singer deixa claro que é real a falta de “*bons empregos*” em grande parte dos países; todavia, procura demonstrar que o problema do desemprego é mais complexo e que, embora avulte a pobreza, não atinge do mesmo modo os “*pobres antigos*”. Distingue ocupação – “*toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce*” (Singer, 1998: 14) – de emprego, assinalando que este último conceito implica assalariamento e é resultado “*de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado.*” (Idem, 12) O emprego assalariado é um tipo de ocupação mas não é o único e, quando colocamos o emprego como sinônimo de ocupação, acabamos deixando de lado múltiplas formas de atividade autônoma, que estão aumentando no mundo inteiro quase no mesmo ritmo em que se reduz a quantidade de empregos.

Para obter emprego, afirma-se, o trabalhador precisa se qualificar ou se requalificar³. Há necessidade de qualificação quando uma determinada função não pode ser executada por um assalariado qualquer; existe, portanto, uma qualificação do posto e uma do trabalhador, que não são independentes. A qualificação não é um parâmetro independente do período histórico e das características sócio-econômicas. Ela caracteriza o trabalhador, define-o como adequado a determinado tipo de emprego, mas ele nem sempre está adequado à realidade do mundo do trabalho, pois este se modifica. As mudanças na divisão do trabalho alteram a qualificação necessária e exigem melhor formação profissional, cuja função é, segundo Pierre Rolle, “*reduzir o tempo de reflexão do assalariado no seu trabalho*”(1998: 85) e tornar o indivíduo em alguém capaz de solucionar alguns problemas. Isto altera sua situação no interior da divisão social do trabalho.

A divisão social do trabalho contém modalidades, e uma delas é a divisão sexual do trabalho. De início, procurou-se criar estereótipos sobre a “*natureza feminina*” e os colocar como naturais, de modo a torná-los aceitáveis e não questionáveis. Essas “*características naturais*” permitiriam uma exploração mais forte – e não diferente – sobre as mulheres no mercado de trabalho. Daniele Kergoat (1998) procura demonstrar que somente o fato de as mulheres obterem melhor formação profissional, melhor nível de instrução e leis específicas de proteção, não soluciona o problema, pois as mulheres, mesmo mais qualificadas, ficam desempregadas por um tempo maior e as “*leis especiais*” as marginalizam mais e as remetem ao trabalho doméstico. A mulher, independente de ser qualificada, ocupa postos de trabalho distintos, tanto quanto à função como à penibilidade da tarefa e da carga de trabalho. Existem, portanto, práticas sociais diferentes para cada sexo. Esta divisão possui a “*sua raiz na designação prioritária das mulheres ao trabalho doméstico*” (Kergoat, 1998: 96) e ajuda a explicar o elevado índice de desemprego feminino em diversas áreas, nos momentos de crise.

3 Desde 1995, existe no Brasil o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). De 1995 a 1998, os programas consumiram R\$ 1 bilhão e atenderam a 5,6 milhões de trabalhadores. Ainda não existem dados sobre o percentual de retorno a algum emprego e sobre o impacto sobre as rendas desses trabalhadores. Observou-se, somente, que alguns cursos são inadequados e que a maioria dos que conseguiram emprego possuíam um nível mais elevado de escolaridade. (FSP, 06/06/99, c.2, p.7)

4. O PROBLEMA DO DESEMPREGO

Como afirma Paul Singer, *“todas as revoluções industriais acarretaram acentuado aumento da produtividade e, em conseqüência, causaram desemprego tecnológico.”* (1998: p. 16). Ocorreram grandes deslocamentos de trabalhadores, milhões deles perderam suas qualificações; entretanto, a Segunda Revolução Industrial criou inúmeros produtos de consumo, que acabaram gerando novos setores econômicos e estes absorveram grande parte da força de trabalho liberada pelos setores que se renovaram tecnologicamente. Isto não vem ocorrendo com a Terceira Revolução Industrial, que encerra um aumento de produtividade não só na indústria como também em numerosos serviços (notadamente naqueles que *“recolhem, processam, transmitem e arquivam informações”*), mas a multiplicação de novos produtos é, comparativamente, bem menor do que a ocorrida na revolução anterior, exceto no oferecimento de novas formas de entretenimento.

Singer (1998: 17) afirma que a atual revolução industrial *“parece estar descentralizando o capital”*, inclusive pela maior flexibilidade oferecida pelo computador ao parque produtivo. Acharmos que o processo não é de descentralização do capital, mas de maior presença dele em diversas áreas do mundo e de maior velocidade de movimentação, pois ele continua vinculado aos grandes centros de capitais. A desintegração vertical das empresas é conseqüência da busca de seu objetivo – o lucro – e isto vem, realmente, provocando uma separação de atividades que, no mercado, podem ser obtidas a um preço menor. Esta terceirização é acompanhada de modificações nas grandes empresas horizontais – *“que operam estabelecimentos semelhantes em dezenas de países e milhares de cidades”* (Idem, p. 18) – que estão se transformando em verdadeiras **redes**, com as integrantes se ligando à matriz por meio de contratos de franqueamento. E aí temos uma mudança importante:

“muitas atividades desconectadas do grande capital monopolista passam a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, cooperativas de produção etc.; o que transforma um certo número de postos de trabalho de ‘empregos’ formais

em ocupações que deixam de oferecer as garantias e os direitos habituais e de carregar os custos correspondentes." (Idem)

Isto, sendo correto, significa que está ocorrendo uma diminuição de empregos, mas não, necessariamente, de postos de trabalho.

Nas últimas décadas, tem ocorrido uma ampliação dos investimentos diretos estrangeiros e das trocas internacionais. Essa *reorganização* da divisão internacional do trabalho é causada, em parte, pelas diferenças de custos de produção e de produtividade existentes entre os países. Outras vantagens comparativas, como os incentivos fiscais e a fraca organização sindical, têm provocado transferências de linhas de produção industrial dos países centrais para os periféricos, provocando uma *desindustrialização* e um empobrecimento de cidades e regiões de estados centrais. Se mantido o mesmo padrão tecnológico, este processo não diminui, de modo geral, o número de empregos; ele simplesmente transfere os empregos de uma região para outra. Mas, nem sempre o padrão produtivo é mantido.

O deslocamento de unidades fabris de um país para outro não significa somente a redução/ampliação de empregos. Muitas vezes, consiste numa estratégia de fugir de regiões nas quais os sindicatos são mais organizados, com estratégias de defesa coletiva ante um tipo de trabalho que causa sofrimentos psíquicos, que traz conseqüências nefastas para a saúde mental dos trabalhadores. E uma das manobras empresariais consiste em exportar, para países subdesenvolvidos,

"as formas de organização do trabalho que encontram resistência muito forte nos países industrializados. Exportando os processos de trabalho, os países do norte exportam também uma parte significativa da psicopatologia do trabalho. (...) [E uma] das conseqüências psicopatológicas da carência de tarefas sublimatórias reside no aumento da violência social que a ela se associa. (...) Isso significa que (...) uma parte importante da loucura engendrada pelo trabalho acumula-se nos países do terceiro mundo (após ter sido parcialmente evacuada dos países ricos), sendo a violência social na cidade sua forma principal de expressão clínica." (Dejours, 1998: 102-103)

As economias complementares podem receber novas linhas de produção, mas muitas destas linhas podem trazer embutidas organizações de trabalho degradantes e processos que afetam a qualidade do meio ambiente.

Um país periférico que passa a exportar mais do que importa possui, aparentemente, um ganho líquido de empregos. Se estes empregos ampliarem o poder de compra de sua população, esta pode começar a consumir produtos importados do centro, criando, neste, novos empregos. Se um país central investe capital no exterior, ele deixa de criar postos de trabalho em seu local de origem e o país periférico “*parece*” ganhar com isso. Parece porque, em primeiro lugar, o capital quando especulativo nada cria e somente tira das outras economias; em segundo, porque a maioria das filiais importa insumos dos países de origem (garantindo alguns postos de trabalho por lá); e em terceiro, mas não por fim, porque o capital investido retorna à matriz sob a forma de juros, *royalties* e lucros. Quando novos sistemas de trabalho substituem os tayloristas-fordistas, ocorre um desemprego tecnológico no Terceiro Mundo, atingindo os trabalhadores mais organizados e provocando um enfraquecimento de suas estruturas sindicais, pois a oferta da força de trabalho supera a demanda. Está aí uma das razões da precarização das condições de trabalho.

A precarização do trabalho e o desemprego tecnológico aumentam as formas informais⁴ ou “*incompletas*” de trabalho e pioram as condições destes setores, que já não eram boas, pelo excesso de participantes.

4 Mais da metade (56%) da PEA da AL só pode encontrar ocupação no mercado informal. “*Dos 17 milhões de empregos criados na América Latina e no Caribe, no período 1990 a 1995, 84% estão no setor informal, que é responsável por 50% do Produto Interno Bruto (PIB) de El Salvador e da Guatemala e por 27% do PIB da Costa Rica.*” (CNBB, 1998: 11). O IBGE realizou, em 1997, uma pesquisa sobre o setor informal urbano mas adotou o conceito da OIT pelo qual é informal “*toda atividade em que não há distinção entre o núcleo familiar e o negócio*”. Não incluiu os trabalhadores domésticos e deixou de fora as atividades ilegais (exceto as socialmente aceitas, como os vendedores ambulantes). A partir deste critério, estavam na informalidade 12,87 milhões de pessoas (25% da PEA) e esta atividade representava 8% do PIB em 1997. Apesar de não considerar boa parte das atividades ilegais, deixa patente a importância do setor na geração de empregos (era a soma dos empregados na indústria e nos serviços públicos, inclusive os militares), que o nível de renda do setor é baixo e que o *PIB paralelo* não é significativo. Estava concentrado na região Sudeste e Nordeste (respectivamente, 47,5% e 26,0%); a grande maioria iniciou o negócio sem recorrer a crédito bancário (84%), é do sexo masculino (66%) e não nasceu nos municípios onde trabalha(57%). (FSP, 09/06/99, c.2, p.1 e 2)

A situação do desempregado ou do não-ocupado é diferente nos países de *Welfare State* e nos do Terceiro Mundo. Cidadania e salário-desemprego decente fazem a diferença. No Brasil, um típico "*Badfare State*", se não ocorrerem mudanças, a situação pode ficar ainda mais grave.

No caso brasileiro, o desemprego não vem sendo acompanhado pelo aumento dos postos de trabalho em outras ocupações. Como nunca tivemos políticas keynesianas de pleno emprego, é incorreto atribuir a ausência de ocupação somente ao conjunto de mudanças tecnológicas provocadas pela Terceira Revolução Industrial. Nossa estrutura dependente (exceto em alguns momentos de crises internacionais) fez com que a transferência de parte de nossa riqueza para os países centrais fosse uma constante e sempre bem menor que o inverso. Nosso mimetismo cultural garantiu a importação de produtos e o pagamento de *royalties* dos produtos aqui fabricados. Períodos em que o não crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi provocado pela própria *estratégia* econômica, em que a recessão foi imposta pelo receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI), fizeram com que o número de não-ocupados aumentasse. Ou seja, há décadas temos milhões de pessoas vivendo na informalidade, e estes agora possuem mais concorrentes dada a ampliação do "*exército laborial de reserva*". A precarização das condições de trabalho dos ocupados tem feito com que estes, pelo temor ao desemprego, ampliem as horas trabalhadas⁵ e, por conseguinte, diminuam as chances dos sem-trabalho obterem uma qualificação.

Por isso que flexibilização dos direitos trabalhistas não é novidade por aqui; já estava presente em décadas passadas, em aspectos como

"o trabalho sem contrato registrado, o crescimento de formas de contratação atípicas (por tempo determinado, tempo parcial), as políticas salariais no contexto inflacionário, elevadas taxas de rotatividade, liberdade empresarial para demissão, possibilidade de recurso quase compulsório a horas extras e férias coletivas, atribuições profissionais indefinidas e parâmetros do processo

5 Em 1988, a Constituição Brasileira reduziu a jornada semanal de trabalho para 44 horas; a partir daí, a porcentagem de trabalhadores que fazem hora-extra aumentou substancialmente. Na indústria, 21,3% dos operários trabalhavam acima da jornada legal em 1988; em 1996 eram 41,4%, segundo o DIEESE.

de trabalho não regulamentados (tempos, volumes, etc.), mobilidade dos trabalhadores a critério das empresas e capacidade de promover trabalho polivalente, seja 'naturalmente' (quebra-galho, jeitinho), seja de modo 'incitado' (pressão do desemprego, perspectivas de avanço profissional)." (Bresciani, 1997: 89)

A esses aspectos, podem ser acrescentados outros mais recentes como o aumento da jornada de trabalho, o "banco de horas", a contínua reedição – desde o final de 1994 – da Medida Provisória (MP) sobre "participação nos lucros ou resultados"⁶ e da MP que desobriga as empresas de recolocarem o salário no mesmo patamar da data-base anterior, o projeto de lei que estabeleceu o "contrato por tempo determinado"⁷ – formalizando a informalidade –, entre outros.

O que a Terceira Revolução Industrial deixa patente é que a diminuição dos trabalhadores do setor secundário e o aumento dos mesmos no setor terciário é incontestável. A dinâmica locacional das indústrias altera isto de modo local (ao se transferir de uma região para outra), mas não globalmente. Critérios da *International Organization for Standardization* podem excluir indústrias do Terceiro Mundo do mercado internacional (ao exigir o ISO 9.000) e aumentar o desemprego; mas outros critérios, como o "selo verde" (ISO 14.000), podem fazer com que indústrias poluidoras se desloquem para o Terceiro Mundo. As mudanças na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) alteraram a divisão territorial das indústrias e estabeleceram filiais de multinacionais na periferia capitalista; se, no início, a mão-de-obra barata era uma vantagem comparativa, hoje já não o é em todos os setores. Daí ser difícil elaborar uma política para o mercado de trabalho sem discutir o modo de inserção do país na economia mundial; discutir isto é discutir soberania e papel do Estado.

A tendência dominante na economia mundial, durante o século XX, foi o crescimento da desigualdade de renda entre os assalariados, no mundo, chegando em 1995, segundo o Banco Mundial (1995), a uma

6 Que permite alijar os sindicatos das negociações salariais e introduz "um mecanismo de remuneração variável", que ora funciona como abono emergencial, ora está vinculado a determinado desempenho da empresa, substituindo as negociações coletivas sobre os ganhos de produtividade." (Bresciane, 1997: 90)

7 Aprovado no final de 1996 e que permite a contratação de um certo percentual (de 20 a 50%) de empregados, por até 2 anos, com vários encargos sociais aliviados.

diferença de sessenta vezes entre os trabalhadores especializados dos países industrializados e os trabalhadores rurais da África subsaariana. Nas últimas duas décadas, ocorreu uma estagnação ou declínio da renda em numerosas economias da América Latina, e esse quadro somente será alterado de modo positivo se, entre outras medidas, os países estabelecerem metas de crescimento econômico geradoras de rápida demanda de mão-de-obra que integrem os trabalhadores rurais e os informais com o apoio de um eficaz sistema formal de relações trabalhistas e políticas de salvaguarda aos *grupos vulneráveis*, se os poderes públicos desconcentrarem a renda e a terra onde a concentração é escandalosa e se, no nível macroeconômico, sindicalismo – empresariado – Estado atuarem como definidores das *grandes políticas nacionais*. Investimentos internos em capital, educação, infra-estrutura, pesquisas e tecnologia se constituem nos fatores determinantes das perspectivas para os trabalhadores.

O Relatório do Banco Mundial (BM), de 1995, defende que, num cenário de liberalização do comércio mundial, sem protecionismos e com um mercado global em expansão, os trabalhadores dos países industrializados se transfeririam para a produção de bens e serviços de alta tecnologia e deixariam a produção que requer um nível médio de habilidade. Segundo o BM, com isso

“as economias recém-industrializadas da Ásia e as antigas economias de planejamento centralizado dominam a produção de nível médio e começam a se transferir para os bens de alta tecnologia; a América Latina e o Oriente Médio ampliam sua vantagem na mineração e na agricultura e começam a ingressar na produção de bens de maior demanda tecnológica; a China e a Índia passam a exportar cada vez mais produtos intensivos de mão-de-obra; e a África subsaariana recupera suas vantagens em recursos naturais e passa a ser grande exportadora de produtos agrícolas.” (1995, 135)

É uma proposta de uma nova DIT que manteria a maioria dos papéis atualmente exercidos. E ao lermos as propostas do BM ou do FMI devemos ter em mente que, na maioria das vezes, eles aconselham ou impõem aos países o que os USA desejam, se constituindo nos “*prin-*

*cipais agentes da política externa estadunidense, com a vantagem de esconderem a cara do Tio Sam.*⁸ Pois, a América Latina – inclusive o maior país da área – tem se integrado à economia mundial através do comércio externo e dos mercados de capital e, nem mesmo assim, as rendas dos trabalhadores têm melhorado. Se optar pelo mercado externo para crescer, através da exportação de seus recursos naturais e de bens de consumo que requerem aptidões baixas e médias, não solucionará a desigualdade em razão da concorrência externa de outros países subdesenvolvidos, inclusive dos baixos salários pagos nestes mesmos países. E precisa, ao mesmo tempo, atacar problemas como a falta de mão-de-obra especializada, a concentração fundiária, as políticas que dificultam o uso de mão-de-obra na agricultura, o elevado nível de corrupção, a falta de cidadania, as ameaças ao sistema democrático, a hipertrofia do setor informal, as precárias condições de educação, saúde e habitação, e o enfraquecimento dos sindicatos .

5. OS SINDICATOS E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Durante um certo tempo, o emprego, o salário e as condições de trabalho, em diversos países da América Latina (AL) , foram suscetíveis de *regulações públicas*, cuja aplicação dependia principalmente da vontade política dos principais atores sociais ou das relações de poder entre eles. Em vários países latino-americanos, o papel preponderante era do Estado, atuando tanto pelo lado da demanda como pelo lado da oferta, um Estado que era produtor, ator do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, fixador e controlador de preços. Do lado do emprego, o Estado buscava o pleno emprego através de políticas de gastos públicos e de intervenção de natureza produtiva como subsídios e proteção a empresas privadas , ampliação do Estado produtor, aumento dos empregos públicos. Quanto ao salário, através de medidas diretas de proteção como o salário-mínimo, ou indiretas como subsídios a produtos básicos, congelamento de preços e outras; legislações trabalhistas reguladoras e de natureza doutrinariamente tutelar

8 CAMPOS, Rui R. de . O estado crítico do Estado. *Revista de educação*. Campinas(SP): Sindicato dos Professores de Campinas, março de 1999, p.21.

interferiam nas condições de trabalho. Entretanto, na prática, esses objetivos só foram parcialmente alcançados, abrangendo porcentagens minoritárias da população e somente no setor formal; e, mesmo neste setor, a eficácia foi muito relativa, com os esforços para alcançar o pleno emprego gerando o subemprego.

Em diversos países da AL, a tentativa de implantação de um *modelo keynesiano-cepalino* favoreceu o surgimento e a consolidação de um sindicalismo relativamente forte em muitos setores. Mas, sua representatividade nas bases era menor que sua capacidade de representação qualitativa ou simbólica em nível nacional no sistema político; ou seja, seu peso não provinha, necessariamente, das filiações individuais ao sindicato. Segundo Campero *et al.*, o fato de constituir-se num importante ator social permitiu o surgimento de uma *economia política triangular*, de um tripartismo (sindicalismo – empresariado – Estado-partidos) dotado de um forte eixo estatal, que se constituiu “num dos mecanismos importantes de regulação e busca de governabilidade para a sociedade como um todo”. (1994: p. 69) O processo de crescimento sindical se constituiu primeiro no nível macropolítico, ou seja, “não ocorreu a partir de um fortalecimento anterior de organizações sindicais no nível da empresa, para depois saltar para uma expressão corporativa nacional, ...” (Idem, 70) Como também resultou de políticas governamentais destinadas a controlar o sindicalismo, este último acabou sendo mais forte no nível do sistema político e do Estado do que no nível da empresa. Cooptados pelo sistema, muitos sindicatos se caracterizaram por se constituírem em entidades de prestação de serviços a seus filiados.

A chamada *produção enxuta*, desenvolvida no Japão, se, por um lado, aumentou a produtividade, por outro trouxe conseqüências negativas para a organização sindical em razão da mudança da forma de incorporação da força de trabalho ao processo produtivo, exigindo um elevado nível de cooperação dos trabalhadores através de sua vinculação individual à empresa. Por isso, esse sistema provoca a quebra do poder sindical ao exigir uma cooperação entre o empregado e a empresa e não uma solidariedade de classe ou categoria. Também contribui

para isso a precarização de parte significativa da força de trabalho (e, parte substancial desta, terceirizada), a especialização dos próprios ramos produtivos e operários polivalentes (gerando interesses diferentes, e nem sempre generalizáveis, entre os trabalhadores); e como as transformações têm ocorrido de maneira, intensidade e tempo diferenciados nos ramos produtivos, as respostas unificadas no movimento são dificultadas, o que rompe a solidariedade abrangente e particulariza as respostas de cada sindicato.

A diminuição de empregos é a redução da base de sustentação dos sindicatos, assim como a necessidade premente de emprego é a erosão da solidariedade entre os trabalhadores. Além disso, o processo de trabalho não mais se centraliza, necessariamente, na transformação de materiais e sim na *circulação e apropriação de informações*, a organização do trabalho nem sempre se caracteriza como “a *expropriação do saber operário e o parcelamento das tarefas, mas a incorporação daquele saber e a condensação de tarefas; ...*” (Cardoso e Comin, 1995: p. 394). E a exclusão dos sindicatos dos chãos-de-fábrica é uma tentativa de reprivatizar as relações de trabalho, de acabar com o sindicalismo de massas e a contratação coletiva de trabalho; esta última é a camisa-de-força para a produção flexível, exigente de formas flexíveis de contratação. No Brasil, o termo flexibilização tem sido usado para a obtenção de uma desregulamentação no plano macroinstitucional pois, como já vimos, há muito tempo o trabalho é *flexibilizado*.

A transição do modelo anterior para o de economias de mercados abertos força uma redefinição do papel do Estado e exige dos sindicatos uma nova modalidade de inserção, que não decorre somente das transformações no campo tecnológico e nas tecnologias de gerência e de organização, mas também por causa das transformações macroeconômicas provocadas pelas *políticas de ajuste*. O antagonismo entre capital e trabalho não pode, no momento, ser baseado na perspectiva da anulação do adversário e sim da “*constituição de regras democráticas de luta política e econômica*”. Uma nova estratégia sindical não pode mais partir de uma consolidação de *cima para baixo*, como ocorreu antes, pois a crise dos sindicatos está mais vinculada às mudanças no nível *macro* (no nível nacional) do que a modificações

de natureza mais *micro* (no nível das empresas ou dos setores). Emprego, salário e condições de vida estão agora relacionados a fatores como competitividade, eficiência, produtividade e grau de equilíbrio macroeconômico do conjunto da economia. Por isso, as respostas dadas pelo sindicalismo no passado não são mais condizentes com a nova situação, até porque surgiram outras formas de representação coletiva que permitem conseguir alguns objetivos que antes eram somente via sindicatos. Uma estratégia *puramente defensiva* pode ser ineficaz ou resultar em algo nefasto para a governabilidade, até por causar a desarticulação do sindicalismo ou lançá-lo num papel secundário diante da nova ordem econômica ao provocar, nos outros atores e grupos sociais, respostas negativas ou a indiferença. Cumpre aos sindicatos partirem para uma estratégia *ativa e propositiva*, para que possam influenciar a nova realidade.

Campero *et al.* (1994) afirmam que, para isso, os sindicatos necessitam superar três pontos fracos. O primeiro deles é a *"fraqueza corporativa da organização sindical no nível de empresa"*, que deriva de sua origem (mais macro do que micro e que os distanciou do conhecimento sobre os processos de trabalho e de produção) e da atual estrutura econômica, que enfatiza a produtividade e a competitividade, não favorecendo as modalidades clássicas de ação sindical no nível da empresa; além disso, existe, atualmente, uma grande heterogeneidade na força de trabalho, o que torna a ação coletiva mais difícil e que altera o próprio conceito de sindicato por categoria dada a dificuldade de precisar uma categoria específica de trabalhadores. Outro ponto, é a *"fraqueza como ator nacional, como força social com relevância nacional"* – o que diminuiu sua importância como ator de governabilidade – pois são crescentes as dificuldades de convocação a nível nacional, de ampla mobilização popular (se mobiliza, não consegue mais desestabilizar pois os governos podem resistir e controlar de modo normal) e muitas das explosões de mobilização provocadas pelos ajustes recessivos têm sido lideradas por elementos novos, distintos do sindicato. O terceiro ponto é *"uma legitimidade societária mais difusa e limitada"* pois, para o senso comum, a ação sindical tem tido uma valoração positiva cada vez menos precisa e limitada, inclusive pela precarização das condições de trabalho; muitos já não acreditam em uma função social positiva da ação sindical.

Frente a estas fraquezas, os mesmos autores elaboraram uma proposta de estratégia que as supere e que aponte para dois objetivos articulados: o fortalecimento no nível da empresa e como ator nacional. Para o fortalecimento corporativo no nível da empresa, apesar da atual situação desvantajosa, existem áreas suscetíveis de serem proveitosamente exploradas, como a *“maior ênfase numa ação sindical que assegure o papel de agência de acesso à prestação de benefícios individuais e coletivos aos filiados”* (Campero et al., 1994: p. 85), com o sindicato passando a ter um papel de *agência de intermediação de serviços* como uma forma de atrair filiados, até porque as atuais legislações sobre negociação coletiva são mais flexíveis e os salários estão sendo vinculados à produtividade. Outra alternativa é o *“uso ativo das oportunidades abertas pela inovação tecnológica, pelas mudanças de métodos gerenciais e de organização do trabalho e da empresa.”* (Idem, p. 86) Estas inovações aumentam a heterogeneidade no interior da empresa (diversificando os interesses dos trabalhadores) e estimulam o individualismo do trabalhador; entretanto, ao ampliar a qualidade do emprego, atenuam os clássicos instrumentos disciplinares, que são substituídos por incentivos, abrandando os climas empresariais autoritários. As novas tecnologias de gerência e de organização empresarial permitem a produção de uma estrutura menos hierarquizada e mais fluida.

O sindicalismo também precisa propor uma regulação global do trabalho diferente das anteriores, mas isso não significa que deva abrir mão de certos princípios ou de direitos básicos conquistados. Além disso, é necessário que conserve o caráter universalista de suas orientações e que não abandone o seu papel reivindicativo, pois é *“precisamente na reivindicação que melhor se manifesta a visão real que se tem das mudanças econômicas, técnicas e institucionais.”* (Idem, p. 90) Isto exige uma estratégia que não desvincule o nível da empresa ao da política nacional, que conecte o fortalecimento na empresa ao desenvolvimento de um sindicalismo nacional robusto. Para isto dar certo é necessária uma redefinição do tripartismo (sindicatos – empresários – Estado), pois a ausência do Estado nos processos de negociação coletiva (tentada pelo governo FHC) implica na não participação do

sindicalismo como ator da economia política nacional, o que retiraria um fator essencial de legitimidade social e introduziria *"elementos potenciais de ingovernabilidade."* (idem, p. 93) Um novo tripartismo definiria um papel para o entendimento no nível macro (negociação das *grandes políticas*) combinando com um bipartismo no nível das empresas, e a legitimidade do sindicalismo como ator nacional o permitiria representar as demandas dos setores marginais carecedores de representação.

Difícilmente existirá uma verdadeira democracia se o sindicalismo não se constituir em um ator nacional. Mas, se os sindicatos dos trabalhadores necessitam mudar, as entidades patronais também precisam, pois elas têm agido de modo selvagem (aproveitando o maior poder que, no momento, possuem), têm sido insensíveis aos sofrimentos dos trabalhadores e de suas famílias; não sabem negociar, enxergando os trabalhadores como coisas descartáveis, exigem o cumprimento das leis quando estas as favorecem (mas não o inverso), não conseguem participar *desarmados* na elaboração de políticas nacionais que contemplem os interesses das empresas e dos trabalhadores. Numa negociação global, é preciso que os trabalhadores estejam prévia e solidamente organizados através de um sindicalismo forte e propositivo, e o papel do Estado é absolutamente central, porque ele é *"o elemento capaz de inocular nos acordos tripartites as defesas necessárias contra o corporativismo, garantindo que os interesses gerais da sociedade estejam neles fortemente representados."* (Cardoso e Comin, 1995: p. 419) Infelizmente, o governo subserviente que se instalou em 1994, fez da ausência do Estado nas relações de trabalho e do enfraquecimento do poder sindical, duas de suas metas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma dimensão territorial no processo de criação de mercado de trabalho, pois ele não é igual em todas as regiões ou cidades. Existe uma dimensão sexual e etária no processo de aumento do desempre-

go, pois as categorias mulher e jovem⁹ o têm sofrido mais. Na América Latina (AL), segundo Abramó (1997), podemos observar três fenômenos preocupantes: um aprofundamento da informalização e precarização do emprego, um predomínio dos processos de desregulamentação e flexibilização das condições e relações de trabalho, e uma baixa capacidade das economias nacionais de gerarem emprego produtivo. Este último item tem ampliado o número da força de trabalho desocupada. Mas, o que é força de trabalho desocupada? Qual é a sua situação real?

A questão da definição da força de trabalho ocupada é um problema grave. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), desempregado é o que está sem trabalho, mas está disponível para o trabalho e o está procurando. Mas, qual é o período de referência para se definir a procura de trabalho, qual é o número mínimo de horas para que uma pessoa seja considerada empregada? No Brasil, o IBGE utiliza o critério da OIT, adotando uma semana como o período de referência e uma hora diária para o período de tempo; SEADE/DIEESE adota um mês como tempo de referência e usa o conceito de “*desemprego oculto*”, dividido em “*por desânimo*” e “*por trabalho precário*”. Ou seja, o percentual de desempregados depende do critério adotado, sendo o do SEADE/DIEESE mais adequado¹⁰. O mesmo ocorre com a definição de subemprego, que pode ser *visível* (número insuficiente de horas trabalhadas) ou *invisível* (renda insuficiente e baixa produtividade pela subutilização das capacidades do trabalhador), e a magnitude deste fenômeno é grande na AL devido à quase ausência do seguro-desemprego.

9 Entre 1989 e 1996, na Grande São Paulo, a taxa de desemprego dos jovens entre 15 e 19 anos passou de 18,8% para 39,8%; entre 20 e 24 anos, de 9% para 19,7%. Segundo o IBGE, em 1997, a taxa de desemprego das pessoas entre 15 e 24 anos superou a 11% enquanto que, entre as de mais de 40 anos, era de 3%. Na maioria dos países da AL, o jovem constitui metade do total de desempregados. Segundo a fundação SEADE, na região metropolitana de São Paulo, em 1989 o desemprego dos homens foi de 7,5% e o das mulheres, 10,6%; em 1996 as taxas foram, respectivamente, 13,5% e 17,2%. (Apud CNBB 1998, 14-15)

10 A taxa de desemprego medida pelo IBGE (somente o desemprego aberto) em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) no mês de março de 99, foi de 8,16% (10,2% em Salvador e 5,7% no Rio de Janeiro), com 1.430.334 pessoas *desocupadas* nestas regiões (a população ocupada era de 16.160.089 pessoas). Para o IBGE, a taxa de desemprego na Grande São Paulo, em março de 99, foi de 8,8%; para o DIEESE, foi de 19,9%. (FSP, 02/06/99, c.2, p.1 e 6)

As recentes mudanças também alteram as definições de setor informal e setor formal. Se se permanecer no critério legalidade/ilegalidade e não incluir a lógica das atividades desenvolvidas (subsistência versus acumulação), perderá o sentido em razão do aumento do número de trabalhadores sem contrato no setor *moderno* de economia e no ressurgimento do trabalho domiciliar (e estes dois setores são, muitas vezes, articulados). As tentativas de *flexibilização do trabalho* podem fazer com que a maioria absoluta se enquadre no setor informal, pois fazem um mesmo setor possuir o emprego não formal, o precário e o formal numa mesma estrutura.

Há uma tendência à diminuição da integração vertical das grandes empresas, através da “*externalização*” de partes do processo produtivo e dos serviços de apoio à produção. O encadeamento que está ocorrendo pode ser através de uma “*especialização flexível*” ou de uma “*flexibilidade espúria ou precarizadora*”, sendo esta a mais comum na AL. Entretanto, uma articulação minimamente “*virtuosa*” dos encadeamentos produtivos pode se transformar numa saída para as pequenas e microempresas, no sentido de abertura de possibilidades de estabilização, expansão ou diversificação. O encadeamento produtivo, que normalmente ocorre, possui formas tayloristas-fordistas de produção ao lado de pós-fordistas. Se formos da empresa “*cabeza*” (a *cliente* da cadeia de subcontratação) à empresa “*mano*” (o nível mais baixo do elo), verificaremos uma progressiva precarização das condições de trabalho, uma diminuição dos níveis de qualificação e um aumento percentual do trabalho feminino.

Os equilíbrios macroeconômicos não são, por si sós, suficientes para superar os efeitos negativos das crises sobre o mercado de trabalho. É preciso criar novas políticas de desenvolvimento, difundindo-as por todo o território (e a partir da mobilização de recursos endógenos). Políticas “*ativas*” de emprego (em oposição às “*passivas*”, como o seguro-desemprego), normalmente, beneficiam as pequenas e médias empresas. Podem ser através de programas de emprego no setor público ou de subvenções fiscais concedidas ao setor privado, objetivando evitar demissões, aumentar o nível de empregos e ampliar a contratação de segmentos específicos de trabalhadores.

Laís Abramo (1997: 48-53) defende as Iniciativas Locais de Emprego (ILEs), um termo cunhado pela OCDE em 1982, pois a situação atual abre novos espaços para o desenvolvimento de pequenas empresas e de políticas de fomento produtivo com base nos níveis locais, e os processos de descentralização política e administrativa aumentam as possibilidades de atuação dos governos municipais. As ILEs exigem que os governos municipais mudem sua maneira de pensar e agir pois devem se transformar *“num agente dinamizador da atividade econômica a nível local”*. O papel dos governos municipais passa a ser central desde que assumam *“la concepción del espacio urbano como un espacio formado por un tejido de infraestructuras y estructuras sociales y económicas sobre el cual se puede actuar con una intencionalidad productiva.”* (Abramo, 1997: 50)

O crescimento de regiões industriais constituídas de pequenas e médias empresas deve ser analisado. A estruturação em rede e o caráter aparentemente endógeno do desenvolvimento da *Terceira Itália* é um modelo a ser estudado, pois o tipo de organização industrial dessa região parece se apresentar

“como uma mistura de concorrência - emulação - cooperação no seio de um sistema de pequenas e médias empresas bastante especializadas. O modo de regulação e o paradigma tecnológico desse meio produtivo permitiram reintroduzir um conceito antigo: o ‘distrito industrial’ descrito por Alfred Marshall em 1900, ou seja, a coordenação, pelo mercado e por uma reciprocidade baseada na proximidade geográfica, de uma divisão social do trabalho (desintegração vertical) entre as firmas pequenas que se especializavam em um segmento do processo produtivo.” (Benko, 1996: 95)

Há uma *economia-mundo*, pode-se estar inserido nela, mas não através da adesão acrítica e dependente do modelo dominante. Um modelo nacional, inserido numa trajetória nacional clara, com um Estado democrático conduzindo o processo, pode ser uma saída. Excesso de mercado e escassez de Estado provocam chagas sociais que retardam soluções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Lais. *Mercados laborales, encadenamientos productivos y políticas de empleo en América Latina*. Santiago (Chile): ILPES/CEPAL, 1997.
- BANCO MUNDIAL. A perspectiva para os trabalhadores no século XXI. In: *O trabalhador e o processo de integração mundial*. Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1995. Washington (DC): Banco Mundial, setembro de 1995, p.133-142 .
- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. - São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRESCIANI, Luís Paulo. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, v.11, n.1, jan/março de 1997, p.88-97 .
- CAMPERO, G.; FLISFISCH, A.; TIRONI, E.; TOKMAN, V.E. Entre a resistência e a adaptação: os sindicatos diante da nova ordem sócio-econômica. In: *Os atores sociais no novo mundo do trabalho*. - São Paulo: LTR, 1994, p.65-96.
- CARDOSO, Adalberto M. e COMIN, Álvaro A. Câmaras setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automobilístico. In: CASTRO, Nadya A. de (org.) *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.387-427.
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Campanha da Fraternidade 1999*. Brasília (DF): Secretaria Executiva da Campanha da Fraternidade, novembro de 1998.
- DEJOURS, Christophe. Introdução à psicopatologia do trabalho. In: HIRATA, Helena (org.) *Divisão capitalista do trabalho*. *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2º. semestre de 1998, 97-103

- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. - São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- FREYSSENET, Michel. A divisão capitalista do trabalho. In: HIRATA, H. (org.). *Divisão capitalista do trabalho. Tempo Social*. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2º semestre de 1998, p. 74- 82 .
- KERGOAT, Daniele. Da divisão do trabalho entre os sexos. In: HIRATA, H. *Divisão capitalista do trabalho. Tempo social*. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2º. semestre de 1998, p. 88-96.
- ROLLE, Pierre . O que é a qualificação do trabalho? In: HIRATA, H. *Divisão capitalista do trabalho. Tempo social*. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2º. semestre de 1998, p.83-87.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 2ª. ed.-São Paulo: HUCITEC, 1986.
- _____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2ª ed. - São Paulo: Hucitec, 1997.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. - São Paulo: Contexto, 1998.

A TEORIA ECONÔMICA DIANTE DA ATUAL DINÂMICA FINANCEIRA DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS

Samuel Costa Filho¹

1 . INTRODUÇÃO

Esse é um estudo sobre os principais paradigmas da Teoria Econômica. Especificamente, trata-se de analisar a adequação e contemporaneidade do Paradigma do Equilíbrio, do Paradigma da Dinâmica Contraditória e do Paradigma da Instabilidade, diante da atual dinâmica financeira das economias capitalistas.

Nessa década presenciamos a supremacia de propostas e recomendações liberais. São correntes as afirmações das vantagens do processo de globalização da economia e de seus benefícios ilimitados para toda a economia. Os liberais afirmam que quem ficar à margem desse processo de aceleração capitalista estará condenado ao atraso e à miséria. Os países que se fecharem terão pouco acesso a capital e as novidades tecnológicas, perdendo competitividade e marcando passo. Ressaltam ainda, que as economias nacionais perderam importância relativa para blocos regionais de comércio, com a economia cada vez mais interconectada.

Inicialmente, os defensores da globalização apresentavam o desempenho da economia do México e dos Tigres Asiáticos como exemplos do sucesso das transformações liberais (políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio).

No que diz respeito ao México, este passou por total liberalização e desregulamentação dos seus mercados monetários e financeiros, privatização e liberalização comercial. Todavia, primeiro o México e, depois, a crise asiática veio apresentar qual é o resultado de uma via

¹ Professor Assistente da UFPI, Mestre em economia pelo CAEN e doutorando do IE/UNICAMP.

liberal de desenvolvimento, ou seja, o mercado está apresentando uma verdadeira enxurrada de “falhas dos mercados” (Belluzzo, 1998).

Desse modo, o quadro atual parece revelar uma situação de instabilidade e incerteza. Nos anos 90, assistimos diversos episódios e tensões nas finanças internacionais, de modo que a política de liberalização dos mercados propiciou condições que podem, hoje, até desencadear uma crise econômica de proporções mundiais.

Diferente do apregoado pela ideologia liberal, a desregulamentação e liberalização da economia, a desintermediação bancária e o fim das restrições ao movimento de capital, conduziram os países na via da instabilidade, tensões financeiras e crises periódicas.

Meu objetivo, como mencionado anteriormente, resume-se em analisar o contexto econômico internacional da atualidade e a adequação da teoria econômica na explicação e entendimento dessa fase do capitalismo.

Seguindo esta orientação, dividi o trabalho em três partes. Na primeira, faço uma breve exposição do significado da globalização, procurando mostrar o esquecimento dos efeitos adversos decorrentes da liberalização desenfreada a que foi exposto o capitalismo.

A segunda parte, está dedicada à apresentação dos paradigmas do Equilíbrio utilizado pela ortodoxia, do paradigma da Dinâmica Contraditória empregado por Karl Marx e o paradigma da Instabilidade usado por John Maynard Keynes.

O capítulo final, recupera os principais resultados das partes anteriores e convergem para demonstrar o fato de que a teoria sobre os benefícios da Globalização pela via do mercado, tem pouco ou nenhum respaldo teórico.

2. A DESINTERMEDIAÇÃO BANCÁRIA E A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

O processo de reconstrução das instituições capitalistas do pós-guerra, objetivou construir uma ordem econômica internacional destinada a

propiciar um campo de ação para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social (Belluzzo, 1995). Durante mais de duas décadas, as instituições e a política econômica do Estado do Bem Estar Social objetivaram a manutenção do pleno emprego e a redução das desigualdades sociais provocadas pelos mecanismos de mercado.

Contudo, entre os anos 60 e 80, ocorreu uma tendência de desregulamentação e eliminação das regras que conduziam à proteção e solvência do sistema gestado em Bretton Woods (Goodhart, 1995). Seu declínio e falência veio ressaltar as falhas estruturais nele incorporadas. A evolução e tendências recentes dos sistemas financeiros (moeda de crédito, de capitais e câmbio) atingiram diretamente as condições institucionais e a atuação de seus principais agentes.

Mudança nas condições de concorrência, produtos e serviços são a tônica do passado recente e decorrem do novo cenário macroeconômico pós anos 70, do avanço das novas tecnologias de comunicação e informação, além do processo de globalização dos mercados financeiros e não-financeiros, possibilitado pelas políticas de liberalização e desregulamentação financeira.

O processo de desintermediação financeira levou as instituições bancárias a buscarem novas estratégias de sobrevivência, enquanto os fundos mútuos, companhias de seguros, fundos de pensões e companhias financeiras e não financeiras elevaram sua participação no mercado. Foram criados novos produtos e serviços financeiros, oferecendo maior rentabilidade aos aplicadores em ativos², avançou a formação de conglomerados e a intermediação financeira.

Nos anos 80 e 90, os investidores institucionais têm condicionado as tendências do mercado internacional de capital e, em decorrência de suas estratégias globais de crescimento dos portfólios pela compra e posse de ativos pelos fundos de pensões e seguradoras; como também pela arbitragem e por meio de ganhos de capital pelos fundos mútuos e fundos de hedge. Esses agentes alteram a preferência pelo tipo de ativo (associando segurança e liquidez nos seus portfólios),

2 A transformação das poupanças em crédito cedeu lugar às finanças diretas, mobilizada através dos mercados de ativos.

impulsionando o processo de integração do mercado de capital internacional (uma ligação crescente entre os mercados acionário com o fluxo internacional de capitais).

A globalização financeira é, então, uma decorrência do crescimento dos investimentos no portfólio dos agentes, dando origem e acesso a mercados organizados de inversão internacionalizados (bolsas de valores e futuros). Assistimos, também, o aprofundamento da integração dos mercados financeiros e de capitais nas transações entre residentes de vários países.

Tal processo permite o acesso dos investidores a uma gama de instrumentos negociados nas diversas economias (monitorando-se os riscos), eleva as oportunidades de gestão da riqueza, e aumenta as oportunidades de financiamento das atividades produtivas. Porém, encontramos elementos de natureza especulativa conferindo ao sistema um caráter mais instável que propicia os ataques aos mercados de ações e câmbio, nas atividades bancárias e todas as formas de crédito, reduzindo o poder da gestão monetária, bancária e cambial dos bancos centrais. Então, o sistema bancário sofre pressões que podem resultar em quebra e falência, ou até avançar para o conhecido “risco sistêmico³”.

O fim das restrições ao movimento de capital conduziu os países a conviverem, embora de forma diferenciada, com instabilidade cambial, fragilidade financeira, etc. Acontece, que tem havido uma grande manipulação do termo globalização. A idéia principal e melhor divulgada é de independência e harmonia, esquecendo a realidade e seus efeitos excludentes e indesejados que produz ganhadores e perdedores.⁴

O processo de globalização está associado às vertentes financeiras, produtiva-tecnológica e comercial. Na versão financeira apresenta-se na forma de autonomia e mobilidade do capital financeiro pelo mundo a um custo bastante elevado no empréstimo do dinheiro capital, na cha-

3 Risco de instabilidade global que resulta da propagação dos movimentos especulativos nos mercados, quando a interação dos comportamentos individuais, longe de desembocar em ajustamentos corretivos, aprofunda os desequilíbrios.

4 Partes ganhadoras e perdedoras tanto no nível dos indivíduos, grupos sociais, países, quanto das regiões.

mada financerização⁵ da economia. A órbita produtiva-tecnológica está associada aos investimentos diretos no exterior, assim como na concentração produtiva e tecnológica que reforça o poder dos oligopólio⁶. E, por último, a vertente comercial que diz respeito à multiplicação do fluxo de comércio mundial devido à queda generalizada das barreiras alfandegárias, à multiplicação dos acordos bilaterais e à formação de áreas de livre comércio.

A correspondência da globalização com a realidade tornou-se insuficiente devido à sua forte tendência à concentração geográfica, na medida em que as atividades financeiras, tecno-produtivas, comerciais, científicas e culturais concentram-se nos países da chamada Tríade. À concentração geográfica, adiciona-se, a centralização do capital em escala mundial por intermédio do acelerado processo de aquisições e fusões dos capitais. Por último, pode-se acrescentar ainda o aspecto da autonomização do capital financeiro em relação ao capital produtivo bem como as economias nacionais (Amaral Filho & Pereira de Melo, 1997).

Por outro lado, o fenômeno da globalização financeira tem dado margem à heterogeneidade de interpretações. Apresenta como característica mais marcante a aceleração do processo de internalização da produção de serviços financeiros e o acirramento da concorrência nesse mercado a nível internacional.

Segundo Gonçalves (1993), as diferentes interpretações da globalização financeira podem ser rotuladas em visão Liberal, visão da Cooperação Internacional e visão do Estado-Nacional. No ponto de vista liberal, a globalização financeira traz enorme benefícios para os países e para o conjunto da economia. Como o mercado é o "alocador ótimo" dos re-

5 Os investidores preferem cada vez mais investir em títulos em detrimento do investimento produtivo. Consequentemente, a esfera financeira passa a ser o local principal de valorização do capital, nas transações com títulos públicos e privados, nas bolsas de valores e nos mercados futuros.

6 O oligopólio tem consolidado e avançado posições no mercado em que atua com aprofundamento da concentração da produção mundial Também, concentrando investimentos no interior da tríade (composta pelo Estados Unidos da América, Japão e Europa Ocidental) proporcionando a integração de apenas uma pequena parte geográfica de países do globo. E, na área da atividade de pesquisa, realiza 89% dela nos países de origem da empresa (Amaral Filho & Pereira de Melo, 1997).

cursos, os capitais se dirigem para as melhores aplicações possíveis. Dessa maneira, os países e governos “bem comportados” são premiados com a entrada de capital, enquanto os países “mal comportados” são punidos com a fuga de capital.

A visão da Cooperação Internacional envolve um certo “liberalismo qualificado”, pois apesar de aceitar o mercado global como um conjunto de oportunidades percebe a existência de ameaças. Suas duas principais vertentes são a Diplomática e a Financeira. A primeira vertente objetiva ampliar a participação de diferentes países (como o Brasil) em foros internacionais que tratem de questões monetárias e financeiras, visando enfrentar os problemas causados pela globalização. A Segunda defende a idéia de se criar um seguro (financing facility), administrado por um organismo internacional (provavelmente o FMI). Essa linha de crédito funcionaria como um fundo preventivo para evitar que fluxos financeiros internacionais levem a graves crises (Gonçalves, 1993).

A terceira visão, a do Estado-Nacional, afirma que apesar da globalização financeira oferecer boas oportunidades, esse fenômeno também apresenta enormes problemas, que podem ter impacto devastador sobre os países periféricos. Alertam para o fato de que a cooperação na área monetária-financeira dificilmente contemplaria os interesses dos países emergentes (Gonçalves, 1993).

Pelo apresentado, dá para perceber a dificuldade de se compreender tal fenômeno, à sua amplitude e à sua complexidade, como também à manipulação ideológica da noção e do conceito de globalização.

Em virtude das finanças internacionais terem se desenvolvido de acordo com sua própria lógica, e não mais em relação direta com o financiamento dos investimentos e do comércio em nível mundial, começa a se delinear um novo regime de acumulação mundial que adquiriu a marca, cada vez mais nítida, de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário, subordinado às necessidades do capital-dinheiro (Chesnais, 1995). Assim, a economia mundial, neste fim de século, passou a ser grandemente influenciada pelas relações monetárias e financeiras internacionais, provocando instabilidade e crises periódicas.

O objetivo seguinte consiste em discutir a contemporaneidade dos três principais paradigmas da teoria econômica frente ao quadro explicitado.

3. PRINCIPAIS PARADIGMAS DA TEORIA ECONÔMICA

A . Paradigma do Equilíbrio

A economia clássica de Adam Smith acreditava na ação da “mão invisível” como melhor caminho e guia numa sociedade comandada pelo livre mercado. Todavia, foi somente no último quartel do século XIX que Walras, Manger (na Áustria) e Jevons (na Inglaterra) construíram a armação dentro da qual a economia move-se deste então (Dobb, 1986).

Essa teoria econômica tem fundamentalmente uma lógica da escolha individual e da compatibilização das escolhas num modelo geral, ou seja, no chamado modelo de equilíbrio geral. Modelo, no qual os indivíduos se consubstanciam, ao mesmo tempo, em proprietários de fatores e em consumidores. Dada a dotação inicial de recursos e as preferências, o mercado determina os preços que exprimem a maior eficiência possível desse sistema, e que em cada mercado a demanda é igual a oferta; cada agente tem a possibilidade de comprar e vender exatamente o que tenha projetado; e todas as empresas e todos os consumidores têm a possibilidade de intercambiar precisamente aquelas quantidades de mercadorias que maximizam, respectivamente, seus benefícios e utilidades (Screpanti & Zamagnim 1997).

O conceito de equilíbrio que seguiu à revolução marginalista supunha, freqüentemente, a existência de movimentos tendências dos preços e das quantidades produzidas a longo prazo. À teoria, cumpria a tarefa de descrever os movimentos e as flutuações temporárias de curto prazo, dos preços e das quantidades em torno dos valores de equilíbrio. Desse modo, era propósito da teoria demonstrar que as mudanças de curto prazo, eram apenas desvios, e os preços e as quantidades, sempre, tenderiam para os valores de longo prazo. O equilíbrio, nesse caso, descreveria os valores tendências das variáveis endógenas, e não poderia ser dissociado da noção de estabilidade (Lisboa, 1998,p.).

Em linhas gerais, os economistas ortodoxos afirmam que existe uma capacidade auto-reguladora dos mercados, que tendem a induzir ao equilíbrio as diversas variáveis relevantes a um nível ótimo de pleno emprego (ótimo de Pareto⁷). Caso algum “fator externo” desvie a economia do pleno emprego, as forças de mercado agirão no sentido de proporcionar um novo retorno ao ponto de equilíbrio.

O desenvolvimento da teoria de equilíbrio parcial marshalliano, que tentou superar o aspecto estático e a falta de realismo na análise marginalista, serviu como ponto de partida para a teoria encontrada nos atuais manuais de microeconomia.

Alfred Marshall produziu um sistema teórico alternativo ao modelo de equilíbrio geral no interior do paradigma neoclássico. Embora, consciente da existência de numerosos vínculos de interdependência entre todos os mercados, Marshall troca a elegância formal e privilegia o realismo e a capacidade explicativa da teoria, na construção do método de análise do equilíbrio parcial.

Um resumo da concepção marshalliana de determinação do preço num mercado de concorrência perfeita, é formado pelos seguintes pontos: a) oferta e procura determinam simultaneamente produção e preços, configurando uma situação de equilíbrio estável do mercado/indústria, isto é, condição na qual os agentes econômicos não têm motivos para alterar sua posição; b) os fatores de produção podem ser combinados em diferentes proporções (princípio de substituição) e no limite substituíveis em doses infinitesimais; c) uma firma constitui uma unidade de produção que toma decisões autônomas que se reduzem a preços, produção e combinação eficientes de fatores, e visam maximizar o lucro, configurando o equilíbrio da firma; d) pode-se subdividir o equilíbrio da firma e da indústria em curto prazo - quando alguns fatores são fixos (basicamente capacidade de produção) - e, longo prazo - quando todos os fatores são variáveis, e a capacidade produtiva da firma e da indústria pode se alterar através do investimento e da entrada e saída de firmas na indústria, auferindo cada firma neste último caso o lucro normal; e) considera-se um mercado competitivo quando há grande número de firmas vendendo um produto homogêneo, com

⁷ O ponto que um indivíduo não pode melhorar sua situação sem reduzir o bem estar de outra pessoa.

informações plenas e livre mobilidade de fatores; e, f) admite-se a vigência da lei dos rendimentos físicos marginais decrescentes a curto prazo configurando uma curva em forma de U, e o mesmo se aplica a longo prazo, em face da existência de economia e deseconomias de escala (Possas, 1985).

Essa abordagem teórica foi revista e aperfeiçoada ao longo do tempo, e passou a predominar nos livros de microeconomia, hoje, estudados nas Universidades do Ocidente. Por meio dessa abordagem do equilíbrio, é realizada a defesa da racionalidade e sabedoria do mercado.

A corrente hegemônica, atualmente, supõe a teoria das expectativas racionais, na qual os agentes econômicos conhecem perfeitamente o impacto de qualquer política monetária ou fiscal por parte do governo. São chamados de “macroeconomistas novos clássicos” porque suas suposições fundamentais originam-se da economia clássica. Eles admitem que os vários agentes econômicos otimizam e que os mercados se ajustam automática, instantânea e continuamente (Villarreal, 1989).

A teoria novo-clássica leva às últimas conseqüências a idéia de que: i) os agentes otimizam, se são racionais, ou seja, trabalham com o conceito de expectativas racionais⁸; e, ii) supõe a hipótese de “markets-clear”, para o qual os mercados se equilibram via preços com as demandas se igualando às ofertas pela concorrência. Assim sendo, o segundo postulado novo-clássico que utiliza o suposto de markets-clear, significa que a economia tende a se movimentar numa situação em que as demandas se igualam às ofertas, situação esta conhecida por equilíbrio geral (Barbosa, 1992).

Na teoria do equilíbrio geral, também estudada por Arrow & Debreu, temos que *“todos os bens – distinguidos segundo suas qualidades físicas, seus lugares e datas de disponibilidade, e segundo os ‘estados do mundo’- têm um preço. Portanto, uma economia “Arrow-Debreu” ignora a incerteza no sentido de um futuro imprevisível (antecipações).*

8 Os agentes fazem o melhor uso possível das informações e qualquer política econômica prevista não tem efeito algum sobre o produto real. Assim, os agentes econômicos não são surpreendidos pela ação da política do governo.

Nesta economia, todos os mercados intertemporais e contingentes existem"(Rosinger, 1992:114/115).

O conceito de equilíbrio da oferta e demanda para todos os mercados, supondo que as expectativas dos agentes estão corretas e são sempre satisfeitas recebeu a denominação de equilíbrio com expectativas racionais. Essa definição de equilíbrio com expectativas racionais está na base da maioria dos resultados obtidos pela teoria neoclássica e, ao mesmo tempo, é o conceito mais criticado pelos próprios autores neoclássicos (Lisboa, 1998).⁹

Os economistas ortodoxos adotam, ainda, um conceito de moeda exógeno, que não surge da necessidade específica e/ou elemento essencial das economias monetárias capitalistas. Estes economistas, adotam uma postura de não verificar diferenças essenciais entre economias de troca direta e economias monetárias. Como ortodoxos, tendem a tratar a moeda como um bem ou um ativo como outro qualquer e a destituí-la de qualquer poder de interferência sobre o produto real no longo prazo (Amado, 1992).

A atual dinâmica financeira das economias capitalistas contradiz a abordagem das escolas clássica, monetarista, e novos-clássicos, segundo a qual a moeda é neutra (dicotomia entre esfera real e a monetária da economia), e exógena (não se vincula às necessidades intrínsecas desse sistema).

A teoria econômica do mainstream não reserva espaço para o estudo do desequilíbrio e da especulação. Seus adeptos dedicam-se ao estudo de posições de equilíbrio. Seus economistas constroem e trabalham com modelos em que o processo e resultado do ajustamento final conduzem supostamente a um equilíbrio.

⁹ Lisboa (1998^A e 1998bB) apresenta alterações na noção de equilíbrio com o objetivo de refutar todas as críticas da heterodoxia. Segundo o citado autor, "nos modelos neoclássicos recentes a solução do modelo é uma trajetória que descreve o comportamento do vetor de preços e quantidades ao longo do tempo. Caso exista incerteza, a solução do modelo é o conjunto das trajetórias possíveis"(1998, A:34). Assim, ainda segundo Lisboa, a crítica heterodoxa usualmente se dirige a um conceito de equilíbrio geral que não é o utilizado pela tradição neoclássica recente(1998,b:31).

Ao longo do tempo, constatamos que os economistas ortodoxos centram cada vez mais a sua atenção na consistência lógica da sua teoria, fechada em si mesma e afastada da realidade. Priorizaram critério de simplicidade da realidade, elegância e generalidade, substituindo o mundo real por um mundo ideal. O perigo das teorias baseadas em hipóteses irreais, contudo, não é o fato de serem formuladas, mas de serem aplicadas, ajustando a realidade às medidas da própria teoria (Ramos, 1993).

Apesar da validade teórica de suas deduções é cada vez mais evidente a irrelevância para o mundo real, das proposições dos economistas ortodoxos. Suas teorias têm fraca possibilidade de descrição, explicação e previsão dos problemas complexos de uma economia monetária moderna.

A crítica da falta de realismo, contudo, não é o aspecto fundamental. O nível de abstração e a falta de realismo são propositais¹⁰. O modelo de equilíbrio geral é uma tentativa de demonstrar que esse modelo, enquanto unidade abstrata, é possível de existir. O realismo do modelo é irrelevante.

É necessário que a visão da sociedade capitalista seja essa, porque senão, introduzem-se questões que são corrosivas para a sobrevivência ideológica do sistema, ou seja, joga-se o debate econômico de volta para as questões das relações de forças, de política, etc. No entanto, não podemos desejar que a corrente hegemônica da economia abandone seu projeto originário, que se constituiu na produção de ilusão, uma vez que a mesma consiste na visão dominante; na retórica do convencimento.

Como bem tem demonstrado os diversos exemplos da história econômica, os compromissos de pagamento em moeda e o mercado livre podem transformar resultados desfavoráveis em resultados ainda piores. Assim, diferente do que prega a ortodoxia, os mercados podem não ser eficientes.

10 "A teoria do Equilíbrio Geral (TEG), enquanto modelo de referência e núcleo duro da teoria neoclássica, é o ponto de partida teórico para a compreensão da atualização, pelo programa neoclássico de um velho e caro projeto ortodoxo: *demonstrar a superioridade do mercado como elemento regulador da economia e constituinte da ordem*" (Ganem, 1996:105).

É freqüente a inadequação entre teoria e prática, previsão e resultados, no contexto da teoria do mainstream. No mundo das finanças globalizadas sua teoria se vê impotente diante da realidade. Diante dessa realidade de crise dos mercados financeiros, seus adeptos sempre encontram justificativas para a fragilidade de suas premissas. Assim, *“os analistas mais badalados da finança globalizada parecem espantados com o caráter privado da crise. É possível, no entanto, adivinhar o que passa nas cabeças como a do secretário Rubin¹¹: os mercados privados são “eficientes” e, portanto, os agentes usam de forma adequada a informação disponível e decidem racionalmente. Sendo assim, os episódios de descontrole financeiro deste porte só podem ser explicados por desmandos dos governos”* (Belluzzo, 1997:9).

B. O Paradigma da Dinâmica Contraditória

O problema que Karl Marx se propôs a discutir, foi justamente buscar a anatomia da sociedade burguesa. Assim sendo, a economia política de Marx, baseada no materialismo histórico, expressa relações sociais de produção entre as pessoas no processo de produção. Relações sociais de produção, que numa sociedade mercantil, se dão por intermédio de coisas. Marx percebe as relações humanas por trás das relações entre coisas e revela a ilusão característica da sociedade mercantil onde, na realidade, as relações sociais entre as pessoas no processo de produção se apresenta como relação entre as coisas (coisificação).

O homem que, em qualquer época e sociedade, produziu através do trabalho a sua própria subsistência, é, na sociedade mercantil, produtor de coisas que adquirem a denominação de mercadorias. Essas mercadorias são bens e serviços que não se destinam ao uso pessoal do produtor, mas sim ao mercado. Por se destinar ao mercado, esses produtos diferentes são reduzidos a uma coisa comum que evidencia o valor das mercadorias.

¹¹ Secretário do Tesouro dos Estados Unidos Robert Rubin.

Por intermédio da troca, ocorre uma vinculação de todos os produtores de mercadoria e a igualação das mercadorias no mercado. Assim, surge a forma "valor" como uma categoria fundamental da economia mercantil capitalista, enquanto modo de produção historicamente determinado.

No estudo da lei do valor, Karl Marx, desvenda as relações sociais de produção da sociedade mercantil capitalista. Diferente dos economistas que explicavam o funcionamento da economia e da lei do valor sob a idéia de ordem natural, é o valor em Marx, o fundamento de expressão de uma sociedade em que o homem só existe enquanto produtor de mercadorias.

No sistema mercantil simples (produtores independentes, proprietários dos meios de produção e proprietários dos produtos produzidos para a troca) a produção de mercadoria é um processo de criação de valor (produção de mercadoria por mercadoria). Neste sistema, a lei do valor como reguladora das trocas, atua de tal maneira que o valor trabalho é = ao valor do produto do trabalho. Desse modo, os dois pólos da circulação apresentam a mesma magnitude de valor com troca de mercadoria intermediada por dinheiro (M - D - M).

Em virtude do sistema mercantil simples ser uma sociedade que tem como objetivo o consumo de mercadorias, o dinheiro atua somente para relacionar uma mercadoria com outra qualquer mercadoria, ou seja, é o dinheiro a expressão da sociabilidade de uma sociedade de produtores independentes.

O circuito M - D - M em que o objetivo final consiste no consumo de valores de uso sofre uma transmutação, quando o dinheiro se transforma em expressão máxima da riqueza e em capital. Passamos para o domínio do circuito D - M - D', no qual o ponto de partida, o ponto final e o motivo que o impulsiona é o dinheiro capital. Circulação do dinheiro na função e em função do capital, quer dizer em função do valor que se valoriza. O dinheiro reflui ao seu ponto de partida e aqui não é um mediador, mas um fim em si mesmo (o fim é o próprio valor de troca ou o próprio valor em geral). Por isso, alguns autores falam da

“absolutização do valor”, sendo que o valor se absolutiza no processo, ou melhor, o mesmo se converte em agente no processo.

O possuidor de dinheiro para transformá-lo em capital encontra o trabalhador livre no mercado de mercadorias. Em virtude da riqueza estar amparada e monopolizada pelos possuidores do dinheiro, os demais membros da sociedade são forçados a vender sua força de trabalho como mercadoria. Os possuidores de dinheiro adquirem diferentes mercadorias (matérias primas, força de trabalho, etc.), com o objetivo de valorizar o montante originalmente antecipado. Este movimento transforma-os em capitalistas e seus recursos em capital.

O sistema mercantil passa a ser regido pela lógica D - M - D' de valorização de capital mediado pela mercadoria (meios de valorização). A circulação D - M - D' determina uma dinâmica no interior do sistema que evidencia um movimento incessante regido pela lógica da acumulação de capital e reprodução ampliada do sistema, independente da vontade específica de qualquer capitalista.

Sua formação é um processo histórico que se iniciou pela cooperação, e prosseguiu na manufatura. Todavia, foi somente na indústria moderna, com a maquinaria, que o capitalista se impôs ao trabalhador e o capital se autonomizou. No início, as bases técnicas e/ou o ritmo de trabalho ainda estavam sob determinado controle da força de trabalho, mas a maquinaria e o capital impõem ao trabalhador o seu ritmo próprio de produção. As formas de produção da humanidade sofreram transformações gigantescas e se ajustaram às forças tipicamente capitalistas.

Com esta mudança, o capital estava posto sobre os seus próprios pés e a acumulação de capital passou a ser a variável independente do sistema, ou seja, as forças produtivas tipicamente capitalistas asseguraram a reprodução do capital (mais valia relativa, sem obstar dispensar e descartar a mais valia absoluta). Fundadas as bases técnicas apropriadas ao capital (passagem da manufatura para a grande indústria), o mesmo se encontrou, então, em plenas condições de se expandir e acumular conforme sua própria lógica, que se alicerça na extorção do tempo de trabalho excedente.

Com o circuito $D - M - D' - M' - D''$ acumular por acumular passa a ser a máxima do sistema. A circulação do dinheiro como capital tem como finalidade a valorização do valor. Mercadoria e dinheiro são modalidades de existência do próprio valor (realizado e não realizado). O movimento incessante do capital não incorpora a idéia de equilíbrio, numa dinâmica que tem como tendência o progresso das forças produtivas e a acumulação de capital (do valor que se valoriza). A acumulação de capital e reprodução ampliada, passam a comandar e promover a divisão social e técnica do trabalho na produção de mercadorias.

Diferente do sistema mercantil simples, onde o processo produtivo de mercadorias é um processo de criação de valor (produção de mercadoria por mercadoria), o sistema mercantil capitalista $D - M - D'$ se insere na lógica do produção pelo capital no processo de valorização. É, portanto, quando existe essa relação e a transformação do dinheiro em capital, que o valor se converte em valor progressivo, dinheiro progressivo ou que é o mesmo, em capital. É como tal que o valor se ergue como sujeito do processo desse tipo de sociedade (sociedade mercantil capitalista).

Em virtude de cada mercadoria representar diante das demais um valor de troca, a mercadoria só pode exprimir o seu valor em uma outra mercadoria particular. Assim, torna-se necessário o surgimento da mercadoria dinheiro (mercadoria e conversível). O dinheiro é o elemento que surge para relacionar uma mercadoria com outra qualquer. Só mostrando como o valor necessariamente se expressa como valor de troca, é possível compreender como ele é expresso em somas de dinheiro, como a forma valor implica a forma dinheiro. Dessa maneira, a teoria do valor de Marx é simultaneamente, a sua teoria do dinheiro. A forma dinheiro do valor completa a separação entre a expressão do valor de uma mercadoria e a própria mercadoria.

O dinheiro, inicialmente expressão da sociabilidade de uma sociedade de produtores independentes, conduzirá a forma preço e explicitará o caráter monetário para a sociedade mercantil constituída. O dinheiro passa a ser mercadoria geral, forma de valor desenvolvida e representante geral de riqueza. O sistema mercantil fica regido pela lógica $D - M - D'$, onde o dinheiro opera como riqueza e capital.

O valor de uma mercadoria não tem expressão, exceto como valor de troca, e o valor de troca só se expressa em termos de dinheiro. O valor não é nunca expresso em termos de sua substância, trabalho abstrato, nem em termos de sua medida, o tempo de trabalho socialmente necessário. A única forma sob a qual o valor aparece, e a única forma sob a qual pode aparecer, é em termos da mercadoria dinheiro e de medida quantitativa.

O capital como valor que se valoriza é deveras impulsionado e estimulado pelo sistema de crédito. O capital só será plenamente capital com o capital a juros. É no capital a juros que o capital se realiza como mercadoria plena, não só nas suas bases tecnoprodutivas, mas na sua expressão financeira e, neste momento, estará negando a sua própria origem criadora de valor que é o trabalho abstrato. Quando o capital se move na absolutização do valor ($D - D'$), como ele faz na acumulação financeira fictícia, ele provoca as crises que são próprias do capitalismo.

O sistema de crédito potencializa os investimentos e produz uma ampliação da renda, alavancando os investimentos com recursos independentes do montante de recursos pertencentes ao próprio ativo das empresas. Esse processo, vem desembocar na abertura e desenvolvimento do capital fictício, que tanto tem ocorrido na atual fase do capitalismo.

Porém, toda a lógica do movimento do capital envolve uma contradição em processo (Mazzucchelli, 1985). O funcionamento da economia capitalista apresenta uma tendência de movimento contraditório, expresso pelo caráter cíclico da acumulação. A expansão, ao tornar atraente a valorização, estimula o crescimento da capacidade produtiva e ao movimento de reinversão dos lucros em capital. O caráter acumulativo e progressivo desse capital, produz capacidade ociosa não-planejada. Instala-se a crise, que vai provocar declínio na taxa de acumulação, a desvalorização e a destruição de parte da capacidade produtiva, para recriar as condições necessárias a um novo ciclo de valorização. Dito de outra forma, a lógica do investimento acelera a acumulação que leva à crise, e assim, recria as condições para um novo processo de acumulação.

Desse modo, o capitalismo é estruturalmente instável. Vivendo tanto das crises como de expansões, não consegue assegurar o pleno emprego da força de trabalho, e nem a utilização de toda capacidade produtiva. Flutua ao longo do tempo e provoca desequilíbrios. O Estado procura solucionar esses problemas do capitalismo, com a questão da dívida pública sancionando a riqueza produtiva e financeira privada, transformando a meta do orçamento público equilibrado, hoje em dia, uma mera obra de ficção em consequência dos enormes custos financeiros.

Chesnais (1996:246) observa que *“o autor que, a partir dos fatos observados na década de 1860-1870, mais claramente percebeu a capacidade do capital monetário de viver às custas da esfera da criação de riqueza, foi Marx. Ele constata a formação de “uma massa organizada e concentrada de capital dinheiro que, ao contrário da produção real, está colocada sob controle dos banqueiros (livro III, capítulo XXV). Essa massa permite que esse capital deixe de ser simples elo da valorização do capital na produção industrial, para se constituir em força independente e ninho de acumulação de lucros financeiros. A referência aos bancos é conjuntural. No começo do século XX, Hilferding pôde ampliar essa problemática no sentido de uma interpenetração entre o capital bancário e o capital industrial, da qual uma das formas contemporâneas são os grandes grupos. Atualmente, os maiores ninhos de acumulação de lucros financeiros são os grandes fundos (fundos de pensão e fundos mútuos)”*.

O fenômeno contemporâneo D - D' de valorização do capital sem passar pelo circuito produtivo, ou seja, dinheiro gerando mais dinheiro, em um valor que se valoriza a si próprio, sem utilizar instrumentos de produção e comercialização de produtos, atingiu seu nível mais elevado na atualidade por intermédio da globalização financeira.

As evidências históricas da contemporaneidade da teoria econômica de Marx podem ser explicitadas de diversas maneiras. Convém citar dois pontos fundamentais: 1) a sua lei geral da acumulação capitalista continua mais presente do que nunca, e assim explica a questão do crescente desemprego (a acumulação de capital torna crescentemente desnecessário o emprego da força de trabalho no capitalismo atual) ;

e, 2) a crescente criação de capital e de riqueza fictícia em escala mundial, ou seja, fenômeno classificado como “globalização financeira”.

Como podemos perceber, as recentes transformações na dinâmica financeira dos mercados capitalistas, ainda que um fenômeno contemporâneo, podem encontrar explicações em aspectos discutidos por Marx. Assim, o mecanismo de transferência de riqueza para esfera financeira e a elevação da quantidade e serviços da dívida pública torna o Estado parte da crise e não mais sua solução¹². Essa dinâmica financeira encontra-se identificada no paradigma da dinâmica contraditória de Marx.

Porém, “a leitura de Marx, como de outros grandes autores não deve se transformar em academicismo e fundamentalismo. O que importa é apreender o modo de pensar, mover-se historicamente, repensar as categorias no tempo e no espaço, e então fazer as perguntas relevantes sobre o capitalismo contemporâneo e encaminhar soluções”(Braga, 1986:6).

C . O Paradigma da Instabilidade

A maneira com que John. M. Keynes pensava o funcionamento da economia capitalista, era oposto ao pensamento ortodoxo baseado na teoria do equilíbrio geral. Em manuscrito descoberto tardiamente e que faz parte do volume XXIX de suas obras completas, Keynes faz distinção entre uma economia cooperativa, uma economia neutra e uma economia empresarial.

Para Keynes, uma economia cooperativa correspondia exatamente aos postulados defendidos pelos economistas clássicos. Nessa economia cada um dos fatores recebe de acordo com a sua produtividade, e as curvas de oferta e demanda irão determinar o preço, quantidade e o

¹² O Estado intervém na fase de baixa da atividade econômica, mas não elimina a possibilidade de crise do capitalismo. E o que é ainda pior, a dívida pública e o déficit público passaram a se constituir partes dessa crise em virtude dos elevados custos financeiros.

ponto de equilíbrio. Como existem “n” mercados em equilíbrio, teríamos a representação de um modelo de equilíbrio geral.

Keynes acreditava que essa economia só existiria se houvesse uma distribuição centralizada dos recursos que faria a reconciliação dos planos. Nessa estrutura econômica, o que interessa é maximizar o produto material, não existindo problemas de demanda efetiva.

A economia neutra seria, segundo Keynes, um sistema onde o dinheiro é neutro, ou seja, onde o dinheiro não desempenha uma função própria. Seria uma economia com moeda que funciona como se fosse uma economia cooperativa.

Todavia, Keynes tinha clara percepção do tipo de sociedade do seu tempo. Essa economia era denominada por ele de economia empresarial. Ele caracterizava esta sociedade, dividida em dois grupos: uns que possuíam a propriedade da produção e o comando sobre o dinheiro, sobre a finança ou sobre o crédito; e outros que possuíam a força de trabalho. Assim, uns venderiam a sua força de trabalho, e outros iriam colocá-la em operação mediante a contratação do crédito, ou na busca da utilização de recursos próprios.

Nessa economia, os capitalistas detêm não somente os meios de produção, mas também, são os que têm acesso aos meios capazes de mobilizá-los. Assim, o primeiro problema da produção capitalista, é o desejo de adquirir e usar os meios de produção e alugar a força de trabalho com objetivo de obter um lucro no futuro. E, para isso, é necessário que os capitalistas tenham acesso aos meios de financiamento.

Então, a questão do comando sobre os meios financeiros é decisiva na economia empresarial. Diferente dos economistas neoclássicos, para Keynes o problema central era quem detinha o comando sobre a liquidez. Nessa economia, a produção tanto no começo do processo quanto no fim, tem de ser medido em termos monetários. E, ao contrário do que dizia a lei de Say, segundo o qual a oferta cria a sua própria demanda, para Keynes é o gasto que cria a renda.

Dentre os gastos, o elemento fundamental seria o gasto capitalista, em virtude de somente o mesmo poder gastar acima de sua renda corrente. O gasto capitalista feito de acordo com as perspectivas de obtenção de um rendimento monetário maior do que o custo incorrido no processo.

Acontece que essa decisão é obrigatoriamente tomada em um ambiente de incerteza. Cada capitalista, individualmente, pode gastar abaixo ou acima daquilo necessário à utilização da capacidade produtiva e da utilização da força de trabalho. A inexistência de um órgão capaz de tomar as decisões pelos capitalistas, faz com que possam existir divergências entre o que o capitalista previa e o que realmente acontece no mercado.

Cada capitalista é obrigado a tomar decisões em condições de incerteza absoluta, imaginando o que os outros irão fazer. Desse modo, vai se formando um estado de convenções em determinado momento, a respeito do andamento dos negócios e da economia. É esse fundamento tão frágil, que permite à economia empresarial funcionar.

Na economia capitalista, em que o dinheiro desempenha o papel de riqueza geral, há um risco com probabilidade altíssima de que a demanda por ativos já existentes não se efetive. Pois, certos ativos demandados, dentre os quais o mais importante é o dinheiro, não cria emprego e nem eleva a capacidade produtiva.

Assim, diferentemente de uma economia cooperativa, a economia empresarial usa o dinheiro como reserva de valor. A produção tem que iniciar com dinheiro para o empresário obter mais dinheiro, mas há o risco de que a demanda por riqueza não seja compatível com a demanda pela produção, ou seja, é possível ter enriquecimento com um valor do produto que seja menor que o máximo desejado.

A preocupação de John Maynard Keynes em divulgar e tornar suas idéias compreensíveis ao pensamento econômico dominante da época, forçou-o a tentar traduzir o que tinha colocado nos textos e escritos não publicados na perspectiva do pensamento ortodoxo. Foi então que ele, em 1936, escreveu o livro "A Teoria Geral do Emprego, do Juro

e da Moeda”, dando margem à utilização de sua contribuição pela ortodoxia.

Foi nessa obra que Keynes apontou os dois principais defeitos do sistema capitalista, no qual a economia estava envolvida por volta de meados dos anos 30: a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas (Keynes, 1992:284).

O sistema capitalista é para Keynes, uma economia monetária de produção que tem nas expectativas dos agentes econômicos, elementos determinantes do comportamento do investimento, produto e emprego. Separando as expectativas em curto prazo (que dizem respeito à produção) e longo prazo (ligadas às decisões de investimento), observa-se que as expectativas de curto prazo apresentam, na maior parte, um comportamento que confunde e entrelaça resultado esperado e realizado, enquanto que as expectativas de longo prazo, estão apoiadas em bases extremamente precárias e limitadas de conhecimento sobre o futuro.

O estado de confiança e o método de convenção são elementos que os agentes utilizam para tomar suas decisões de constituição de portfólio e/ou investimento. Apesar desse fato, existe uma grande probabilidade de que as expectativas de longo prazo venham a ser frustradas, dada a complexidade de fatores que determinam a rentabilidade do investimento durante sua vida econômica.

Destarte, os detentores de recursos, ao realizarem a constituição de seu portfólio e/ou investimento, tentam se precaver com segurança contra eventos imprevistos que provoquem perdas de capital. Nessa linha, Keynes explicita o que denomina preferência pela liquidez dos ativos (preferência por meios de pagamentos mais líquidos), como atributo levado em consideração nas decisões de aplicação de capital. Por esta forma, o capitalista decide a composição desejada de seu portfólio, ordenando segundo sua rentabilidade esperada para maximizar o seu ganho, e/ou reduzir ao máximo futuros prejuízos imprevistos.

O desenvolvimento de mercados financeiros organizados e a bolsa de valores, apareceram para facilitar e/ou dinamizar o investimento produ-

tivo, porém, a existência desses mercados tem apresentado sobre o investimento e a estabilidade do sistema econômico, um comportamento ambíguo.

A consequência do comportamento e da atuação da bolsa de valores para o investimento e para a estabilidade do sistema econômico, aparece de maneira ambígua, pois se, por um lado incentiva o investimento e a economia como *locus* de alavancagem da acumulação de capital para as empresas (conduz os novos investimentos pelos canais mais produtivos em termos de rendimentos futuros), a mesma bolsa de valores pode, por outro lado, funcionar com uma expectativa de ganhos de capital na aquisição dos títulos ou levar à especulação desenfreada.

Segundo Keynes, a política monetária afeta o nível de atividade econômica e não é neutra, como afirmavam os economistas clássicos. Mas, embora estejamos tratando de uma economia monetária de produção capitalista, a atuação de certos mecanismos monetários não é automática: *“Contudo, se nos vemos tentados a considerar a moeda como a bebida que estimula a atividade do sistema, não nos esqueçamos que podem surgir muitos percalços entre a taça e os lábios”* (1982, p. 141).

Os pós keynesianos estão em busca de uma explicação mais adequada para nova realidade do sistema capitalista. O pensamento pós-keynesiano, que tem como ponto central o papel da moeda e do financiamento nas economias capitalistas modernas, tentaram resgatando o conceito de economia monetária de produção de Keynes. Entre seus autores destacam-se Victoria Chick, Jan Kregel, Paul Davidson e Hyman Minsky.

Hyman Minsky é, sem dúvida, um dos autores pós-keynesianos mais expressivos. Procurando resgatar as características básicas do pensamento de Keynes a respeito do funcionamento das economias capitalistas, introduz na análise da instabilidade do capitalismo, as transformações institucionais decorrentes do desenvolvimento das relações financeiras (Caporele Madi, 1993).

Minsky procurou desenvolver aspectos da instabilidade e do financiamento das economias capitalista, e que também nos ajuda a entender

o caráter especulativo do mundo atual. A hipótese da “instabilidade financeira de Minsky diz respeito a uma economia de crédito. Como teoria pura, apresentou um importante avanço na explicação da instabilidade financeira, e seu impacto no ciclo de investimento produtivo.

Diferente da crença ortodoxa, que afirma que os mercados são perfeitos e tendem para posições ótimas de equilíbrio, Minsky aponta as deficiências endógenas e a instabilidade. Sua teoria é um excelente ataque à dicotomia clássica do mainstream entre o setor real e monetário, ressaltando os elementos negativos da circulação financeira. Complementa as idéias de Keynes ao focar o financiamento dos investimentos.

No que diz respeito à teoria aplicada e a ação de política econômica, enfatiza a importância da política monetária (acomodatícia na proposta de Minsky) para uma economia capitalista de produção, ressaltando o papel do Banco Central como prestador de última instância.

Embora Minsky não descarte a especulação, ela não é o movimento principal. O crescimento dos preços dos ativos em relação aos preços de produção (que Minsky acredita ser positivo para o processo de acumulação) está, hoje em dia, ligado a ciclos especulativos alavancados por créditos bancários, conduzindo, na maioria das vezes às crises bancárias.

A existência de incerteza, característica do mundo capitalista, atualmente, torna crucial o processo de formação de expectativas pelos empresários no que diz respeito ao comportamento dos negócios (decisão de investimento, investimento efetivo e os retornos futuros). As características de uma economia monetária da produção, dizem respeito e aproxima a teoria de Keynes da realidade apresentada por uma economia capitalista.

4. CONCLUSÕES PRELIMINARES

A ascensão das finanças especulativas na economia capitalista contemporânea é cada vez mais crescente. Impulsionadas pelas violentas

transformações tecnológicas e financeiras ocorridas recentemente, permitiram uma interconexão de lugar e tempo das principais praças financeiras.

A complexidade inerente a uma economia capitalista invalida a proposição mainstream segundo a qual, o funcionamento do mercado (com cada agente guiado exclusivamente pelo próprio interesse) leva a economia a alguma posição ótima. Além do que, o funcionamento dos mercados financeiros desmentem amplamente as hipóteses (homogeneidade dos comportamentos, equilíbrio geral e expectativas) que fundamentam suas abordagens teóricas.

O paradigma do Equilíbrio realiza a defesa de uma ordem equilibrada, estável e ótima, através do poder coordenador e soberano do mercado, ou seja, pretende demonstrar a superioridade do mercado para a sociedade. Todavia, o mercado não é necessariamente uma instância autorreguladora e, por isso, o equilíbrio não deve ser a noção central da teoria econômica.

Analisando o paradigma da dinâmica contraditória, constatamos que, a crítica do capitalismo realizada por Karl Marx, permanece atual neste final de século XX. Todavia, a ideologia conservadora e a teoria econômica vulgar querem fazer crer que as idéias de Marx estão mortas. Num ato de ultraje à inteligência teórica apregoam que a desapareição do “socialismo real” e a globalização capitalista são demonstração da superação do pensamento crítico(Braga, 1996).

Sobre a contemporaneidade da teoria de Marx, o “regius professor”¹³ de história da Universidade de Cambridge, o britânico Quentin Skinner (1998:6) que se diz não-marxista, afirma o seguinte: “... *nunca certas previsões do marxismo pareceram mais verdadeiras do que hoje; o que não deixa de ser bastante irônico, se considerarmos que isso se dá no momento em que o marxismo está desacreditado como filosofia social. Marx não estava, obviamente, pensando em escala global, mas o relacionamento do Primeiro Mundo –, com os ricos ficando*

¹³ Regius professor, em história, é uma nomeação feita diretamente pela rainha Elizabeth para essa prestigiosa cátedra, criada no século XVIII pelo rei George II. Representa a coroação da carreira rápida e brilhante que Skinner iniciou, aos 21 anos, na Universidade de Cambridge.

cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres - , exatamente pelos problemas de exploração do capital que apontou, é um desafio cada vez mais sério para o novo milênio”.

Na atualidade, ainda permanece extremamente valiosa a crítica e o diagnóstico do capitalismo realizada pelo marxismo. É verdade que descobrimos que esse é o sistema mais eficiente¹⁴, talvez mesmo o único capaz de garantir prosperidade para um número imenso de pessoas. No entanto, há grandes custos humanos embutidos nessa eficiência. Ele continua a ser um sistema muito injusto, assim como o marxismo continua a ser um valioso instrumento crítico dessas injustiças (Skinner, 1998).

Por fim, o paradigma da instabilidade de Keynes. A teoria de John Maynard Keynes apresenta diversos aspectos relevantes para entendimento da atual dinâmica financeira das economias capitalistas. Dentre eles convém citar a questão da incerteza, a formação das expectativas pelos agentes econômicos, especulação, a preferência pela liquidez (ativos mais líquidos) diante de um futuro incerto e desconhecido, suas inter-relações e o impacto na instabilidade e fragilidade dessas economias.

A obra de Keynes se apresenta atual e serve de guia para a compreensão da especulação e da instabilidade financeira. Contudo, seu trabalho exige adaptações no nível analítico que dêem conta da nova realidade histórica.

Diante do exposto, acreditamos que as teorias heterodoxas são válidas e superiores às defendidas pelo mainstream, que não reserva espaço para o estudo do desequilíbrio, da especulação e da incerteza, embora o pensamento heterodoxo perca um pouco da atualidade em virtude das complexas e rápidas mudanças que estão ocorrendo na economia mundial.

O paradigma da instabilidade e paradigma da dinâmica contraditória, embora superiores ao da ortodoxia, necessitam de alguma atualização

¹⁴ O capitalismo tem provado sua eficiência como sistema, resistindo e se renovando a cada grande crise. É impressionante a agilidade, vitalidade e capacidade de adaptação que esse sistema tem para sair da crise e continuar no caminho do crescimento. A elevada flexibilidade do sistema capitalista faz com que ele encontre sempre uma saída e volte a crescer.

ção para conseguir explicar a dinâmica financeira das atuais economias capitalistas. Diferentemente da afirmação dos economistas do mainstream, o sistema capitalista de mercado necessita de rédeas e amarras para funcionar a contento. O período dos Trinta Anos Gloriosos, que representou e apresentou o período de mais elevada taxa de crescimento no capitalismo, somente foi possível e viabilizado pelas regras e amarras ao mercado realizadas pela intervenção do Estado.

Por conseqüência, nas condições do capitalismo atual, alguns elementos da teoria econômica heterodoxa podem ser mantidos, desde que ampliados e/ou modificados. Essa investigação revela, ainda, a conclusão de que a teoria econômica não é um corpo de análise lógica abstrata, baseado em princípios gerais aplicáveis a todas as épocas e a todos os tipos de sistemas econômicos¹⁵.

"Isto, no entanto, não significa que toda teorização seja inútil e que sejamos obrigados a nos restringir a uma descrição institucional e histórica. Tampouco é legítimo concluir que o nível de generalidade da teoria econômica esteja limitado pelo caráter histórico do objeto de estudo: ele também está limitado pela nossa capacidade imaginativa e pela atualidade de nossa disciplina. Mas seja qual for o nível de generalidade que se alcance, a capacidade das teorias de apreender os fatos salientes deve permanecer sob constante reexame" (Chick, 1993:399).

Em economia, diferentemente do que prega a ortodoxia, nenhuma teoria é definitiva. E novamente citando Victoria Chick (1993:399): *"O aluno pode julgar esse fato inquietante, mas deveria achá-lo encorajador: se ele se tornar um economista, haverá muita coisa que poderá descobrir e fazer. Ele pode não estar em equilíbrio, mas não precisa estar subempregado"*.

Desse modo, concordamos com Plihon (1995:77) de que a mudança sistêmica exige a elaboração de novas concepções de políticas públi-

¹⁵ A visão mais popular da teoria ortodoxa defende a tese de que existe certas regras e resultados econômicos imutáveis e inalteráveis, como as da Física. Na verdade, as instituições econômicas estão em constante processo de mudança. Nesse caso, a interpretação econômica tem de estar sob constante processo de modificação. Caso não ocorra essa adaptação a teoria ficará obsoleta. De tal forma que todo bom economista tem de ter o sentido da história e da mutação histórica. (Galbraith, 1981).

cas. Mas como ele afirma "... como freqüentemente ocorreu no passado - o economista e o tomador de decisões públicas estão hoje atrasados em relação à realidade econômica e financeira".

A crise atual do capitalismo coloca a marcha indiscriminada do liberalismo de mercado em xeque. No período posterior a queda do comunismo comandado pela União Soviética, assistimos ao Estados Unidos da América refazer a economia mundial à sua própria imagem e semelhança. Porém, os bastiões desse novo liberalismo (México e Países Asiáticos, ou seja, os chamados países emergentes) e até, a Rússia e o Japão, estão mostrando as fraquezas e falhas próprias desse sistema.

No momento em que no mundo globalizado, não apenas o capital mas também as idéias viajam a velocidade alucinantes, a crise financeira em certas partes do mundo tem servido, "simplesmente, para sublinhar o fato de que **a teoria sobre os benefícios líquidos da globalização pela via do mercado em bens e capital, tem pouco ou nenhum respaldo teórico. Como ocorre com todas as ideologias, era fé desfilando como ciência**¹⁶" (Bello apud Rossi, 1998:10).

4. BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Christiane G. As origens do Welfare State, *In: Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*. Belo Horizonte, UFMG/FACE/DCE, 1990. p.71/116.
- AMADEO, Edward J. A revolução keynesiana e analítica do multiplicador. *In: Moeda e Produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falção Silva (org.). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p.139/162.
- AMADO, Adriana M. O real e o monetário em economia: traços ortodoxos e heterodoxos do pensamento econômico. *In: Moeda e produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falção Silva (org.). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 285/314.

¹⁶ Grifos e negritos nosso.

AMARAL FILHO, Jair & PEREIRA DE MELO, Maria C. Globalização, ou metamorfose do Capitalismo In: *XXV Encontro Nacional de Economia*. Recife: ANPEC, v.2, dez./1997, p. 702/721.

ANDRADE, Joaquim P. de & LOPES, Carlos M. Moeda, crédito e ciclos em Marshall. In: *Moeda e Produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falcão Silva (org.), Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 83/ 112.

BARBOSA, Fernando H. A controvérsia monetarista no hemisfério norte. In: *Moeda e Produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falcão Silva (org.) , Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p.195/232.

BARBOSA, Eraldo S. Uma exposição introdutória na macroeconomia novo-clássica In: *Moeda e Produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falcão Silva (org.) , Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.p.233/284..

BELLUZZO, Luiz G. M. O Declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados "Globalizados". *Economia & Sociedade*, Campinas, Revista do IE-UNICAMP(4):11-20, jun/1995.

_____. *Dinheiro e a Transfiguração da Riqueza*. minero, campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Valor e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense. 1980.

_____. Disciplinado os disciplinadores In: *Folha de São Paulo*. 28 de dezembro de 1997, caderno dinheiro p.9.

_____. O Professor e os Economistas Chorões. In: *Folha de São Paulo*. 25 de janeiro de 1998, caderno dinheiro p.9.

BELLUZZO, Luiz G. & ALMEIDA J. S. G. Enriquecimento e Produção: Keynes e a dupla natureza do capitalismo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23, São Paulo, 1989.

BELLUZZO, Luiz G. M. & COUTINHO, Luciano G. *Estabilização e Finanças "Globalizadas"*. Campinas, mimeo, set./1996.

BRAGA, José C. *A Financerização da Riqueza*. Campinas: IE/UNICAMP (Texto para discussão n. 51) set./1995.

_____. Contemporaneidade de o Capital. In: *Clássicos da Economia* - Séries Fundamentos, Org. CARNEIRO, Ricardo. São Paulo : Ática. 1996.

CAPORELE MADI, Maria A. *Política Monetária no Brasil: Uma Interpretação Pós-Keynesiana*. Campinas, Tese de Doutorado, 1993.

CARVALHO, Fernando J. C. de. Moeda, produção e acumulação: uma perspectiva pós-keynesiana. In: *Moeda e Produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falcão Silva (org.), Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p.195/232.

CHESNAIS, Franscois *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã. 1996.

_____. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século, In: *Economia e Sociedade*, Campinas: IE/UNICAMP, no. 5, dez./95, p.1/30.

CARVALHO, Fernando J. C. Moeda, Produção e Acumulação: uma perspectiva pós keynesiana In: SILVA, M. L. F. (Org.) *Moeda e Produção: Teoria Comparadas*. DF, Editora UnB, 1992. p. 171-182.

CHICK, V. *Macroeconomia Após Keynes - um reexame da teoria geral*. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 1993.

COSTA, Fernando N. da. *Gestão Monetária sob condições de Globalização, Desintermediação e Reflexividade*. Campinas, mimeo, jul./1996,a,

_____. *A Crise Bancária Mundial* Sumário do Survey publicado no the Economist. Campinas, mimeo, 1996,b.

_____. *Por uma Teoria Alternativa da Moeda*. Campinas Tese de livre docência, 1994.

_____. Incerteza, Preferência por liquidez e Instabilidade, *Ensaio de Economia Monetária*. Biental 1992.

- COUTINHO, Luciano G. Notas sobre a natureza da Globalização. *Economia & Sociedade*. Campinas. Revista do IE-UNICAMP (4):21-26, jun./1995.
- DOBB, Mauric. *Introduccion a La Economial*. México: Fundo de Cultura. 1986.
- DOW, S & HILLARD J. *Keynes, Knowledge and Uncertainty*. Edward Elgar, 1995.
- GALBRAITH, John. *Galbraith na UnB*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981.
- GANEM, Angela. Demonstra a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível, In: *Revista de Economia Política*, São Paulo: Nobel, v.16, no.2, abr./jun. 1996, p.105/122.
- GONÇALVES, Reinaldo. Globalização Financeira Tem Diversas Interpretações, In: *Carta Internacional*, 1993, p.4.
- GOODHART, Charles E. Dinâmicas Financeiras Privadas e o Desafio às Políticas dos Bancos Centrais. *Economia & Sociedade*. Campinas, Revista do IE-UNICAMP (4):27-52, jun./1995.
- LISBOA, Marcos de B. *A Miséria da Crítica Heterodoxa – Primeira Parte: sobre as críticas*, mimeo, 1998 A,.
- _____. *A Miséria da Crítica Heterodoxa – Segunda Parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica*, mimeo, 1998, B.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Difel 1982.
- MARX, K. *Introdução à Crítica da Economia Política*. São Paulo : Abril, 1983.
- MAZZUCHELLI, F. *A Contradição em Processo*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- MINSKY, Hyman. Financiamento e Lucros In: *Cadernos ANGE - Textos didáticos n. 2*. Rio de Janeiro 1992.

- MINSKY, Hyman. Integração Financeira e Política Monetária. In: *Economia & Sociedade*. Campinas: Revista do IE-UNICAMP (3). 21-36. DEZ. 1994.
- PLIHON, Dominique. A Ascensão das Finanças Especulativas. *Economia & Sociedade*. Campinas, Revista do IE-UNICAMP(5):61-78, dez./1995
- PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira, In: *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 7, dez./1996, p. 85/127.
- POSSAS, Mário. *Estruturas de Mercado em Oligopólio*. São Paulo: Hucitec. 1985.
- KEYNES, John M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do dinheiro*. São Paulo: Atlas, 1982.
- _____. The General Theory and After. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes vol. XXIX* Macmillan/Cambridge.
- RAMOS, J. M. R. *Lionel Robbins: Contribuição para a Metodologia da Economia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1993.
- ROSSI, Clovis. Crise no mundo quebra consenso neoliberal, In: *Folha de São Paulo*, 20 de setembro de 1998, Caderno Dinheiro, p.10.
- SCREPANTI, E. & ZAMAGNI, S. *Panorama de Historia del Pensamento Económico*. Barcelona: Ariel, 1997.
- SKINNER, Quentin, O anjo e a História In: *Folha de São Paulo*, 16 de agosto de 1998. Caderno Mais! p.6.
- VILLARREAL, René. *A Contra-revolução Monetarista: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

AS VOLTAS QUE O MUNDO DÁ

Fernão Pompêo de Camargo Neto¹

O escritor austríaco Karl Polanyi, em notável obra publicada em 1944, cujo título na tradução para o português é *A grande transformação: as origens de nossa época*, ao criticar a cegueira da ideologia liberal diante dos fenômenos que têm lugar no cotidiano do mundo real, afirma que “a nação era por eles considerada um anacronismo, os meios circulantes nacionais não eram sequer dignos de atenção (...). Nada era mais simples de que mudar uma denominação pela outra através do uso do mercado cambial [vigia, então, o padrão-ouro], uma instituição que não poderia deixar de funcionar, uma vez que, felizmente, ela não estava sob o controle do Estado ou dos políticos”. A afirmação de Polanyi torna-se surpreendentemente atual no contexto de um conjunto de profundas mudanças estruturais e institucionais pelo qual vem passando, nas últimas décadas, o sistema financeiro internacional.

As mudanças nas finanças internacionais, iniciadas ao longo dos anos 60, foram sucedidas, nos anos 70, por inovações que proporcionaram às instituições financeiras meios de evasão às severas regulamentações e à forte carga tributária que pesavam sobre os mercados financeiros domésticos dos diversos países. Destacam-se, entre elas, as seguintes: a crescente internacionalização das transações financeiras, o aumento do número de instituições financeiras operando em escala mundial, o desenvolvimento do mercado de euro-moedas, o surgimento e o rápido desenvolvimento dos centros financeiros *offshore* e a ampliação do volume de créditos privados direcionados aos países em desenvolvimento.

Já nos anos 80, foram desenvolvidos novos instrumentos financeiros para propiciar aos bancos e seus clientes proteção contra os riscos decorrentes da crescente volatilidade das taxas de juros e de câmbio,

¹ Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas), doutorando em Economia do IE/UNICAMP e Conselheiro do CORECON-SP

bem como formas de endividamento mais baratas. Entre as inovações estão: o aparecimento e a proliferação de novos instrumentos financeiros, a securitização das dívidas (emissão, pelo tomador, de títulos de dívida direta) como instrumento para a progressiva redução das barreiras entre o mercado de créditos e o de capitais, o aumento da desregulamentação dos mercados financeiros domésticos dos países desenvolvidos, o acirramento da concorrência entre as instituições financeiras e a cada vez maior integração financeira internacional. Além disso, a crescente aplicação dos avanços tecnológicos nos campos da informática e das comunicações revolucionaram o sistema financeiro internacional, estimulando a criação de novos instrumentos financeiros e provocando profundas mudanças estruturais, o que ensejou: a criação de um mercado financeiro global, a redução dos custos dos serviços prestados pelas instituições financeiras, melhor qualidade e maior rapidez dos fluxos de informações e a melhoria da eficiência da administração de *portfolios* – o que veio a permitir, mediante o emprego desses novos instrumentos financeiros, um contínuo monitoramento das exposições, com a realização de sofisticados esquemas de *hedge*.

A globalização dos mercados financeiros, com a tendência que ocorreu de transferência da capacidade de criação de moeda dos bancos centrais para os bancos privados, veio a contribuir no sentido de que o sistema de relações interbancárias – principal mecanismo de refinanciamento dos bancos internacionais – viesse a criar um mercado de dinheiro endógeno, que escapava ao controle dos sistemas nacionais de reserva.

Em paralelo, as demais mudanças estruturais e institucionais que se processaram no sistema financeiro internacional, o elenco bastante amplo de inovações financeiras já mencionado – que pode dar origem a diversas transações que não são registradas nos balanços das empresas (e, tampouco, nos controles tradicionais de haveres financeiros das autoridades monetárias) –, a disseminação das técnicas de *hedging-finance*, a possibilidade de desvincular o risco de crédito do risco de mercado (*unbundling*) e a interdependência que passou a existir entre a taxa de juros e a taxa de câmbio têm contribuído, progressivamente, para reduzir, nos principais países capitalistas, a eficácia das políticas monetária (tanto via restrições quantitativas da oferta de moeda como

por meio de alterações nas taxas de juros), cambial e fiscal, as quais se tornaram impotentes para a efetivação dos ajustes que se fizessem circunstancialmente necessários para a estabilização da economia.

Assim considerando e voltando a enfocar o trecho citado, no início deste artigo, da obra de Polanyi, fica a sua notável atualidade demonstrada, uma vez que, da mesma forma que o padrão-ouro – a mais destacada inovação financeira do século XIX – foi, no contexto em que foi criado, o instrumento utilizado, segundo o autor, para “tirar o meio circulante da política e ligar o comércio doméstico ao do mundo”, o considerável conjunto de inovações financeiras das duas últimas décadas reforçou a crença dos banqueiros internacionais no cosmopolitismo de um renovado *laissez-faire*, levando-os a se abstraírem, cada vez mais, da existência de fronteiras nacionais como obstáculo à livre mobilidade de seus capitais.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco Bernardes Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

DIRETOR

**DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS**

Prof. Antonio Marcos Favarin

DIRETOR ADJUNTO

**DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS**

Prof. Maurício de Oliveira

